



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

I. REGÊNCIA LEGAL Lei federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/223, Lei Complementar nº 123/06, Lei Municipal nº 2.172 de 29/06/2011 (Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempresário Individual), Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, Decreto Municipal nº 5254 de 29/12/2023 e demais legislações aplicáveis.	
II. ÓRGÃO INTERESSADO/ ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA Secretaria Municipal de Educação	
III. MODALIDADE/FORMA/Nº DE ORDEM PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024	IV. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 053/2024
V. TIPO DE LICITAÇÃO Menor Preço	VI. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
VII. MODO DE DISPUTA Aberto e Fechado	VIII. FORMA DE EXECUÇÃO Empreitada por preço unitário
IX. RESERVA DE QUOTA ME/EPP <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	X. EXCLUSIVA ME/EPP <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
XI. CRITÉRIO DE JULGAMENTO Menor Preço por lotes (vide motivação no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência)	
XII. OBJETO Constitui-se objeto desta licitação a eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o ano letivo de 2024, da Rede Pública Municipal de Ensino de Valença-BA , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Anexo I, através do Sistema de Registro de Preços.	
XIII. INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS Data: 24/04/2024, Horário: 10H00MIN. Endereço Eletrônico: portal.licitanet.com.br	
XIV. LIMITE DO ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS Data: 09/05/2024, Horário: 10H29MIN	XV. INÍCIO DA DISPUTA DATA: 09/05/2024, HORÁRIO: 10H30MIN
XVI. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO 12 (doze) meses	
XVII - LOCAL, HORÁRIO E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta Licitação serão prestados pelo Pregoeiro, diariamente, das 08h00min às 14h00min, no Departamento de Compras, Licitação e Gestão de Contratos, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda, situado à Travessa General Labatut, s/nº - Centro -Valença - Bahia, pelo Telefone: (075) 3641-8319 ou por e-mail licitacao@valenca.ba.gov.br	
AUTORIDADE COMPETENTE: Albete Freitas de Sousa Pereira – Secretária Municipal de Educação – Decreto nº 4.544/2022 PREGOEIRO RESPONSÁVEL: RENATA KAÍSSA ROSAS SILVA ATO DE DESIGNAÇÃO: Portaria nº 051/2024	



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2024

EDITAL

PREÂMBULO

O Município de Valença/BA, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, através da Pregoeira/Agente de Contratação, designada pela Portaria nº 051/2024, publicada no Diário Oficial do Município, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com julgamento pelo **Menor Preço por lotes**, para **eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o ano letivo de 2024, da Rede Pública Municipal de Ensino de Valença-BA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Anexo I, através do Sistema de Registro de Preços. O procedimento licitatório observará as disposições da Lei federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Lei Complementar nº 123/06, Lei Municipal nº 2.172 de 29/06/2011 (Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempresário Individual), Decreto Municipal nº 5254 de 29/12/2023 e demais legislações aplicáveis.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 09/05/2024

HORÁRIO: 10H30MIN

ENDEREÇO ELETRÔNICO: portal.licitanet.com.br

SEÇÃO I - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, para atender as necessidades da prefeitura, secretarias e fundos municipais, bem como para a manutenção e apoio aos núcleos abertos à população, conforme especificações constantes neste Edital e Anexo I, através do Sistema de Registro de Preços**, conforme especificações constantes neste Edital e Anexos.

1.3 Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas neste Edital e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

1.4 A presente licitação será realizada na modalidade de pregão eletrônico, de acordo com o arrematado pelo art. 6º, XIII (serviço comum), art. 28, inciso I; art. 29, caput e parágrafo único; todos da Lei nº 14.133/2021, considerando a oportunidade de maior concorrência e competitividade aos interessados, a fim de oportunizar, igualmente, maior vantajosidade e economicidade ao ente público ordenador na escala de preços a serem ofertados.

1.5 O critério de julgamento adotado será o menor preço, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



1.6 A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução por empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei n.º 14.133/2021.

SEÇÃO II - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Para a licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

SEÇÃO III – DO ÓRGÃO GERENCIADOR, DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E DA ADESÃO À ATA

- 1.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.
- 1.2. O órgão Gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação.
- 1.3. Os Órgãos e Entes que integram a Administração Municipal Direta e Indireta são participantes deste procedimento de registro de ata de preços.

SEÇÃO IV - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema Eletrônico de Licitações do Licitanet, por meio do sítio portal.licitanet.com.br

4.2. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção “DA HABILITAÇÃO”.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

4.4. Não poderão participar deste Pregão:

4.5. Pessoas físicas;

4.4.1 Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

4.4.2 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.4.3 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.4.4 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.4.5 Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.4.6 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.4.7 Que tenham proprietários, controladores ou diretores Vereadores (cfr. art. 54, II da Constituição);



- 4.6. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021;
- 4.7. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

SEÇÃO V – DO TRATAMENTO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS

- 5.1. No caso de participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, será observado o disposto na Lei Complementar nº 123/06, notadamente os seus arts. 42 a 49.
- 5.2. O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.
- 5.3. No caso de participação de sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3º, §4º, VI da Lei Complementar nº 123/06, a sociedade cooperativa receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP.
- 5.4. O empresário individual enquadrado nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06, às ME/EPP.
- 5.5. A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, bem assim os limites financeiros estabelecidos pela norma quanto ao enquadramento fiscal que deve se compatibilizar à proposta de preço na fase pertinente, sob pena de desclassificação.
- 5.7. Caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, a declaração deverá ser enviada ao pregoeiro até a data e horário marcados para abertura da sessão.
- 5.8. A não apresentação da declaração de ME/EPP e equiparado importará na renúncia ao tratamento consagrado na Lei Complementar nº 123/06.
- 5.9. A identificação das ME/EPP ou equiparados na sessão pública do pregão eletrônico só deverá ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a impedir a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento.
- 5.10. A falsidade da declaração de que trata o item 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



SEÇÃO VI – DA HABILITAÇÃO

6. Para habilitação na licitação, exigir-se-á dos interessados documentação relativa a Habilitação Jurídica, Qualificação econômico-financeira, Regularidade fiscal e trabalhista, Qualificação técnica e Documentação complementar:

6.1 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema (obrigatório) e e-mail (faculdade), no prazo de **02 (duas)** horas, sob pena de inabilitação.

6.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.4 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.5 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.6. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

6.6.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.6.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.6.3. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.6.4. Em caso de cooperativas:

a) Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova dos responsáveis legais;

b) Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver;

c) Ata de Fundação;

d) Estatuto Social com a ata da assembleia que o aprovou;

e) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;

f) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e

g) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

6.7. Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

6.7.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante, pessoa jurídica de direito privados, sob qualquer forma de constituição empresarial;

6.7.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

6.7.3. Os documentos referidos no item 6.7.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

6.7.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

6.7.5. A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma:

6.7.5.1. No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;

6.7.5.2. No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas), no cartório competente.

6.7.6. O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$$

$$SG = AT / (PC + PNC)$$

$$LC = AC / PC$$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo não Circulante

AT= Ativo Total

6.7.7. Comprovação da exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.7.8. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

6.8. Documentos relativos à **regularidade fiscal, social e trabalhista**:

6.8.1 Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.8.2 Prova de regularidade perante:

6.8.3. A Fazenda Federal, mediante certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à dívida ativa da União, por elas administrados;

6.8.4. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; e

6.8.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e com a Previdência Social, em conformidade com os termos do Decreto Federal n.º 8.302/2014;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- 6.8.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- 6.8.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.
- 6.9. Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial.
- 6.10. As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 dias contados da data da abertura da sessão pública.
- 6.11. As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06).
- 6.12. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º, da LC nº 123/06);
- 6.13. A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal;
- 6.14. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 6.15. Documentos relativos à **Qualificação Técnica**:
- 6.15.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, com apresentação de pelo menos **01 Atestado(s) de capacidade técnica** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa.
- 6.15.2. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física.
- 6.15.3. Os atestados devem conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual a CONTRATANTE possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante. Deverá constar também as características do objeto, local e data da expedição e declaração do emitente



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

do atestado de que o fornecimento foi realizado a contento, assim como o grau o grau de satisfação, o nível de atendimento e qualidade dos serviços

- 6.15.4. A Pregoeira, visando a certificação da fidedignidade do Atestado de Capacidade Técnica apresentado, poderá realizar diligências, solicitando Cópias de Contratos e Notas Fiscais, referente ao fornecimento declarado no Atestado.
- 6.15.5. Licença de Funcionamento/Alvará Sanitário ou equivalente, expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da licitante para exercer atividades de comercialização e venda de produtos, válida para o ano em exercício ou conforme dispuser a própria certidão ou a legislação competente.

6.17.Documentação complementar:

6.17.1.O licitante deverá declarar:

6.17.2.que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.17.3.que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854/99, preferencialmente, conforme Modelo sugerido pelo Edital;

6.17.5. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na hipótese de sua obrigatoriedade (Lei Federal 8.213/1991).

6.17.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, preferencialmente, conforme Modelo sugerido pelo Edital;

6.17.7. declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.17.8. O enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, preferencialmente, conforme Modelo sugerido pelo Edital.

6.18. A pessoa que assinar os documentos exigidos na documentação complementar prevista no item 6.17, deverá comprovar que detém poderes para agir em nome do licitante.

6.19. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

6.20.Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal, tributária e trabalhista emitidas pela internet, nos termos do art. 35 da Lei nº 10.522/02.

6.21.Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

6.21.1.Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

6.21.2.Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

6.21.3.Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;



6.21.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor qualificado do Município de Valença, designado para a Comissão Permanente de Licitações, Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio.

6.22. Constatado o atendimento às exigências previstas neste Edital, o licitante será declarado habilitado.

SEÇÃO VII – DO CREDENCIAMENTO

7. Os interessados em participar deste Pregão deverão se credenciar, previamente, perante o sistema “Pregão Eletrônico” do Licitanet no sítio portal.licitanet.com.br.

7.1 O credenciamento far-se-á mediante a atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverá informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização;

7.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

7.3 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura de Valença responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4 A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de descredenciamento do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Valença.

7.5 A perda ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso

SEÇÃO VIII – DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE O EDITAL

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

8.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

8.3. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, no endereço indicado no edital.

8.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

8.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

8.6. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

8.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão publicadas eletronicamente, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

8.8. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

8.9. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

SEÇÃO IX – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

9.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação para o prazo de 48 (quarenta e oito meses).

9.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

9.3. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.3.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

9.3.3. Descrição detalhada do serviço cotado indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

9.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

9.4.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

9.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

9.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

9.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.7. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes Declarações online, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

9.7.1. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

9.7.1.1. A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

9.7.2. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

9.8. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação, e somente após requisição do Pregoeiro.

9.9. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021, constantes também neste edital.

SEÇÃO X – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio portal.licitanet.com.br.

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. Cabe a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO XI – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1. Quando o licitante detentor do lance mais vantajoso for inabilitado, tiver sua amostra rejeitada, não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, ou, ainda, quando houver erro na aceitação do preço; e

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública.

11.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

11.4. O licitante subsequente, sendo respeitada a ordem de classificação, e observadas as regras de desempate da Seção “DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE”, será convocado tendo por base o próprio preço que ofereceu na sessão de lances;

11.5. O direito de preferência previsto na Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS” deverá ser recalculado levando-se em consideração o lance apresentado pelo licitante subsequente;

11.6. Existindo ME/EPP ou equiparado dentro do novo critério de preferência, prosseguir-se-á, normalmente, nos termos da Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS”;

11.7. Finalizado o procedimento previsto na Seção “DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS”, ou inexistindo direito de preferência de ME/EPP ou equiparado, será realizada a negociação prevista na Seção “DA NEGOCIAÇÃO”;

11.8. Declarado o vencedor, o procedimento deverá ser registrado em ata e abrir-se-á novo prazo recursal, nos termos da Seção “DOS RECURSOS”, prosseguindo-se, normalmente, com as demais fases previstas neste Edital.

11.9. A convocação poderá ser por meio do “chat”, e-mail ou Diário Oficial, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.10. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Cadastro de Fornecedores, sendo da responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

SEÇÃO XII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. Aberta a sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência

12.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

SEÇÃO XIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

13.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.



13.3.O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

13.4.Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

13.5.Os lances apresentados serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

13.6 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o curso de todo o certame licitatório, até mesmo após a fase de disputa, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, bem como pela sua desconexão.

SEÇÃO XIV- DO MODO DE DISPUTA

14.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa ‘aberto e fechado’**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos**.

14.2. Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

14.3. Encerrado o prazo de dez minutos, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.4. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata este item, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

14.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos 14.2 e 14.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

14.6. Na ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, a ordem crescente de vantajosidade.

14.7. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

SEÇÃO XV - DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO



15.1. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

15.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

15.3. No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação expressa do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

SEÇÃO XVI – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS ME/EPP E EQUIPARADOS

16.1. Todos os licitantes deverão permanecer conectados até que o Pregoeiro possa verificar a ocorrência de um possível empate, pois, caso aconteça, serão tomadas as seguintes providências:

16.2. A ME/EPP ou equiparado considerado empatado e mais bem classificado deverá ser convocado, após o término dos lances, para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame em até 05 (cinco) minutos da convocação, sob pena de preclusão (Art. 45, inciso I c/c § 3º, da LC nº 123/06);

16.3. A ME/EPP ou equiparado acima indicado que efetivamente apresente nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, desde que em tempo hábil, e atenda as demais exigências previstas neste Edital, terá adjudicado em seu favor o objeto licitado (Art. 45, I, da LC nº 123/06).

16.4. Não ocorrendo contratação de ME/EPP ou equiparado na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME/EPP e equiparados remanescentes considerados empatados na ordem classificatória para o exercício do direito de ofertar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame (Art. 45, II, da LC nº 123/06).

16.5. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME/EPP e equiparados sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao lance mais vantajoso (Art. 44, §§ 1º e 2º, da LC nº 123/06).

16.6. O critério de empate (5%) deverá ser aferido segundo o preço obtido antes da negociação prevista na Seção “DA NEGOCIAÇÃO”.

16.7. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro. No caso de não haver lances e verificada equivalência dos valores constantes das propostas de ME/EPP e equiparados que se encontrem em situação de empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

16.8. Somente se a contratação de ME/EPP ou equiparado que esteja dentro do critério de empate falhar é que o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora, atendidas as demais disposições deste Edital (§ 1º do art. 45 da LC nº 123/06).

16.9. O disposto nesta Seção somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP ou equiparado (Art. 45, § 3º, da LC nº 123/06).



SEÇÃO XVII – DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE

17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

17.2.2. empresas brasileiras;

17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

SEÇÃO XVIII - DA NEGOCIAÇÃO

18.1. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

18.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

18.3.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

18.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

18.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

18.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

18.6. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

18.7. A proposta declarada vencedora será inserida, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado", com a devida justificativa.

SEÇÃO XIX- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

19. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

19.1. Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do produto/serviço e compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

19.2. O critério de julgamento encontra-se devidamente registrado no preâmbulo do presente edital.

19.3. Será desclassificada a proposta final que:

19.3.1. Contenha vícios insanáveis ou ilegalidades;

19.3.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Edital ou Termo de Referência;

19.3.3. Apresentar preços finais superiores ao valor máximo estabelecido neste Edital;

19.3.4. Apresentar preços que sejam manifestamente inexequíveis;

19.3.5. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

19.4. Não se considera inexequível a proposta quando se referir a bens e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

19.5. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Valença/BA para orientar sua decisão. Caso o Órgão não possua, no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitir parecer técnico, poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada.

19.5.1. Ao final da fase de lances, caso a empresa arrematante tenha registrado lance inferior a 70% (setenta por cento) do preço estimado pela administração, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar apresentação de planilha de COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS e AMOSTRA dos materiais/produtos especificados no Termo de Referência.

19.5.2. Para a comprovação dos preços ofertados e demais encargos (transporte, taxas, imposto, etc.) poderá ser solicitada a apresentação de Notas Fiscais e documentos equivalentes.

19.6. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

19.6.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

19.6.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

19.6.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

19.6.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

19.7. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

19.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

19.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

19.10. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

19.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

19.11. 1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

19.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

19.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, **conforme disciplinado no Termo de Referência (em local, horário e condições de apresentação predefinidas)**, sob pena de não aceitação da proposta. Se a amostra for rejeitada, o Pregoeiro examinará a proposta do licitante subsequente, atentando-se para o disposto na Seção "DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA". Caso a proposta do licitante subsequente seja aceita e o licitante habilitado, o Pregoeiro solicitará, no prazo estabelecido neste Edital, amostra dos produtos ofertados. Após a homologação do certame, o licitante terá 30 (trinta) dias corridos retirar a amostra rejeitada no mesmo endereço onde foi entregue. Após esse prazo, as amostras não retiradas serão descartadas.

19.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

19.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

19.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

19.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

19.17. Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim prosseguindo até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

19.18. No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.19. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

19.20. A apresentação de novas propostas nesta fase do certame não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

SEÇÃO XX – DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

20. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do produto e compatibilidade do preço, o pregoeiro **poderá** verificar, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

20.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de eventual matriz ou filial (cfr. Acórdão TCU nº 1.793/11) e de seu sócio majoritário (cfr. art. 12 da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).

20.2. Constatada a existência de vedação à participação no certame, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

20.3. Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens ou grupos de participação exclusiva para ME/EPP ou equiparados, ou na hipótese de exercício da prerrogativa de efetuar o lance de desempate previsto Lei Complementar nº 123/2006, a Pregoeira poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal



(www.portaldatransparencia.gov.br), na seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente extrapola o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício.

20.4. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

20.5. Não ocorrendo inabilitação de que tratam os itens anteriores, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação que não tiverem sido previamente encaminhados por meio do sistema eletrônico.

20.6. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro procederá na forma prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”.

SEÇÃO XXI – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA REFORMULADA

21. A proposta ajustada ao lance final do licitante vencedor deverá ser enviada por meio do sistema eletrônico, **no prazo de 02 (duas) horas**, contados da solicitação do Pregoeiro.

21.1. A proposta comercial deverá conter os seguintes elementos:

- a) Nome, endereço, CNPJ e Inscrição estadual/municipal;
- b) Número do processo e do pregão;
- c) E-mail válido e telefone para contato;
- d) Dados bancários e chave PIX;
- e) Especificação de forma detalhada do objeto da presente licitação, em rigor os a conformidade com as especificações do Edital e seus Anexos, não se admitindo propostas alternativas;

21.2. A proposta de preços deverá ser apresentada juntamente com a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Modelo constante no Edital.

21.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado.

21.4. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira deverão também ser devidamente consularizados.

SEÇÃO XXII– DOS RECURSOS

22.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.1.1. A falta de manifestação imediata da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

22.1.2. Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

22.1.3. Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão solicitar por meio eletrônico.

22.2. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões motivadas do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

22.2.1. As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema. Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao Pregoeiro ou enviadas por quaisquer outros meios (fax, correspondência, etc).

22.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

22.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

SEÇÃO XXIII – DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

23.1 Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudica e homologa a licitação.

23.4. Após a adjudicação e homologação, referida no item anterior, será convocado a vencedor do certame para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 03 (três) dias úteis.

23.4.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (§1º, art. 90, da Lei nº. 14.133/2021).

23.4.2 Previamente à celebração do contrato/instrumento, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente deverá **verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.**

SESSÃO XXIV - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (TRÊS) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- 24.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 1.4. (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - 1.5. (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 24.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 24.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 24.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 24.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 24.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

SEÇÃO XXV- DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 25.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 25.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 25.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original:
- 25.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 1.5.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 1.5.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 25.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 25.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 25.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 1.6.



25.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

25.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

25.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

SEÇÃO XXV – DO REAJUSTE

25.1 As condições de reajustamento e revisão estão estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato que passam a ser partes indissociáveis deste instrumento.

SEÇÃO XXVII – DA GARANTIA DO CONTRATO

27.1 Poderá a Administração Pública exigir do licitante a comprovação, em garantia à execução deste objeto, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, nos termos previstos no artigo 96 da Lei 14.133/21, em uma das seguintes modalidades, o que será devidamente motivado nos autos:

- Caução em dinheiro, por meio de depósito bancário em conta corrente da Prefeitura Municipal de Valença-BA/BA, a ser indicada pela Tesouraria desta Prefeitura;
- Títulos da Dívida Pública;
- Seguro Garantia;
- Fiança Bancária.

27.2. O valor correspondente a garantia será calculado conforme abaixo, o qual deverá ser renovado anualmente:

$$VG = \frac{5 \times VC}{100}$$

VC – VALOR CONTRATO

VG – VALOR GARANTIA

27.3. No prazo de 05 (cinco) dias contados após a assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à Gerência de Compras da Prefeitura Municipal o documento comprobatório da garantia prestada, sob pena de aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), que poderá ser glosada de pagamentos devidos à CONTRATADA.

27.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, para a apresentação da garantia, autoriza a Prefeitura Municipal de Valença-BA/BA a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total estimado do Contrato, a título de garantia, sem direito a nenhum tipo de compensação financeira.

18.5. Na hipótese de majoração do valor deste Contrato, prorrogação parcial ou utilização da garantia, a CONTRATADA fica obrigada a complementar ou substituir a garantia prestada, no prazo de 05 (cinco) dias contados, respectivamente, da assinatura do Termo Aditivo, sob pena de aplicação de multa e retenção de pagamentos dispostas no § 1º e § 2º desta Cláusula.

27.6 O valor da garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA; dos prejuízos causados a



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Prefeitura Municipal de Valença-BA/BA e a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA, durante a execução deste CONTRATO; e por todas as multas impostas à CONTRATADA, sem que isso inviabilize a aplicação de multas em valor superior ao da garantia prestada.

18.7. A garantia prestada deverá abranger toda a vigência do Contrato, quando será liberada ou restituída, nos termos da lei e em observância às demais disposições contratuais.

18.8. A devolução da garantia não exime a CONTRATADA das responsabilidades administrativa, civil e penal, oriundas da execução do objeto do presente Contrato.

18.9. No caso de prestação de garantia na modalidade “Seguro Garantia”, a CONTRATADA deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Valença-BA/BA, juntamente com a apólice, a comprovação do pagamento do respectivo prêmio. Caso a Contratada opte em parcelar o pagamento do prêmio, deverá apresentar juntamente com a apólice, a comprovação do pagamento da 1ª parcela do respectivo prêmio, e posteriormente, após o pagamento das demais parcelas.

SEÇÃO XXVI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

26. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, na Minuta da Ata de Registro de Preços e na Minuta Contratual.

SEÇÃO XXVIII– DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

28. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

SEÇÃO XXIX - DO PAGAMENTO

As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e nas minutas da ata de registro de preços e do contrato, anexos a este Edital

SEÇÃO XXX – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

30.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

30.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

30.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

30.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

30.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

30.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

30.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

30.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

30.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

30.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

30.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

30.1.5. fraudar a licitação

30.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- 30.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 30.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 30.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 30.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 30.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

30.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 30.2.1. advertência;
- 30.2.2. multa;
- 30.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 30.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

30.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 30.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 30.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 30.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 30.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 30.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

30.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

30.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

30.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

30.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 30.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

30.8. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

30.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

30.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

30.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

30.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

SEÇÃO XXXI – DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

31.2. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura aquisição.

31.3. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **inclusive fixando prazo para resposta dos licitantes quando lhes for solicitada qualquer informação ou documento**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da Sessão Pública.

31.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

31.5. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no Município de Valença/BA.

31.6 A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta

SEÇÃO XXXI - DOS ANEXOS

Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante mediante preenchimento das partes:

Anexo I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Anexo II – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

Anexo III – Modelo de Declaração de Tratamento Diferenciado e Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação

Anexo IV – Modelo de Procuração para Prática de Atos Concernentes ao Certame – Credenciamento

Anexo V- Modelo de Declaração de Inexistência de Menor

Anexo VI- Modelo de Proposta de Preços

Anexo VII - Minuta do Contrato

Anexo VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Anexo IX – Cadastro Reserva



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Valença – BA, 23 de abril de 2024.

Albete Freitas de Sousa Pereira
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 4.544/2022



**OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E
NÃO PERECÍVEIS, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, PARA O ANO
LETIVO DE 2024, DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
DE VALENÇA-BA**



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este Estudo Técnico Preliminar - ETP: tem como objetivo assegurar a viabilidade técnica e razoabilidade da contratação pública, servindo como base para a elaboração do Termo de Referência ou o Projeto Básico.

ETP N°. 0042024

Data da Elaboração: 19/03/2024

Secretaria/servidor responsável:

- Secretaria Municipal de Educação - Servidor(a) Êmeli Cardoso Santos
- Secretaria Municipal de Educação - Servidor(a) Julia Meireles da Silva

1.DESCRICÃO DA NECESSIDADE

No Brasil a merenda escolar foi instituída como política educacional na década de 50 com a intenção de reduzir a evasão, repetência, melhorar o rendimento escolar e ainda desenvolver nos educandos bons hábitos alimentares. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) desenvolveu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo esse um dos programas complementares para o desenvolvimento do sistema de ensino aprendizagem na educação básica. A Constituição Federal de 1988 no seu art. 208, trata a alimentação escolar como dever do estado em complementação com o poder público local, essa colocação é também assinalada no art. 1 da Resolução de nº 26/2013 do FNDE que diz: “A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, e será promovida e incentivada, com vista ao atendimento dos princípios e das diretrizes estabelecidas nesta Resolução”.

O objetivo do PNAE é suprir no mínimo 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados no Ensino Fundamental e EJA, 30% (trinta por cento) para Pré-Escola e Quilombola, 70% (setenta por cento) para Creches em período integral, no intuito de contribuir para redução da evasão escolar, favorecer a formação de bons hábitos alimentares em crianças, adolescentes e adultos no país. O município de Valença, segundo o censo escolar FNDE de 2023, compreendeu 14.553 (quatorze mil, quinhentos e cinquenta e três) alunos matriculados na rede municipal de ensino. O município tem suas Escolas distribuídas em Valença, Guaibim e 10 (dez) subsistemas localizados na zona rural: Baixão, Derradeira, Entroncamento, Gereba, Jequiriçá, Maricoabo, Orobó I, Orobó II, Piau e Serra Grande. Compreendendo Creche 1709 alunos; Pré-escola 1731 alunos; Fundamental 8752 alunos; Fundamental EJA 1654 alunos; Quilombola 526 alunos, a relação das unidades escolares atendidas conforme censo em anexo, disponível no site do FNDE. Compreendendo Creche 1709 alunos; Pré-escola 1731 alunos; Fundamental 8752 alunos; Fundamental EJA 1654 alunos; Quilombola 526 alunos, a relação das unidades escolares atendidas conforme censo em anexo, disponível no site do FNDE.



Comparado ao anterior, há necessidade de aumento na quantidade licitada, além de redução e exclusão de alguns itens, devido a necessidade de adequações dos cardápios, considerando a aceitação das preparações, as necessidades nutricionais dos estudantes da rede municipal de ensino e implantação do Programa Escola em Tempo Integral no município. Os cardápios escolares foram elaborados conforme a Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os itens solicitados deverão estar de acordo com as determinações do programa de alimentação escolar contidas na Resolução CD/FNDE nº 26/2013 que estabelece as normas para execução do programa, no tópico VII sobre o controle de qualidade da alimentação escolar, assegurando o cumprimento dos seguintes itens: garantia de condições higiênicas sanitárias durante o transporte, e garantia da qualidade e higiene do produto.

Diante do exposto, faz-se necessária a compra de gêneros alimentícios para suprir as necessidades nutricionais dos alunos da rede municipal de ensino, dos quais muitos necessitam desta alimentação para o bom desempenho escolar. E que é posta como direito dos alunos da educação básica pública, nos termos da Lei nº 11947, de 16 de junho de 2009.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Seguindo as orientações do FNDE quanto a utilização dos recursos do PNAE, a contratação deverá ocorrer por meio de Licitação, obrigatoriamente na modalidade Pregão, utilizando o critério de menor preço. Será adotado como procedimento auxiliar o Sistema de Registro de Preços. A licitação na modalidade Pregão encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021.

Será adotado como procedimento auxiliar o Sistema de Registro de Preços.

O prazo de execução se dará de forma parcelada, com entregas semanais e/ou quinzenais, conforme a necessidade do Departamento de Alimentação Escolar.

O prazo de entrega dos itens será de 5 (cinco) dias após o recebimento formal da solicitação de compra. Os itens deverão ser entregues em conformidade com a sua descrição técnica, no Departamento de Alimentação Escolar - DAE, localizado à Praça Conselheiro Baltazar, nº 850, Triana, Valença-Ba, das 7h às 13h, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados.

Por se tratar de ata de registro de preços, o prazo de vigência será de no mínimo 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

É vedada a subcontratação do objeto do contrato.

Havendo o aceite da proposta, os interessados deverão apresentar amostra de **todos** os itens. As amostras serão recebidas no Departamento de Alimentação Escolar, no endereço Praça Conselheiro Baltazar, nº 850, Centro, Valença-Ba, no prazo limite de até 02 (dois) dias



úteis após a convocação, na possibilidade de não haver entrega da amostra, ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada. Os resultados das análises serão encaminhados em até 02 (dois) dias úteis para o Setor de Licitação, que estipulará o prazo para publicação.

Serão adotados critérios de sustentabilidade que estejam em conformidade com o objeto;

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A aquisição de alimentação escolar possui regulamentação própria, segundo a Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE, a aquisição de gêneros alimentícios deve ocorrer através de uma licitação por pregão eletrônico.

O Pregão encontra respaldo na Lei 14.133 de 2021, sendo a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, o Pregão deve ser adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, e não se identificou a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração, quanto ao fornecimento do objeto.

Este estudo considera ainda, que o fornecimento já foi licitado por este ente por meio de Pregão Eletrônico: 065/2023 e 005/2022, disponíveis no Diário Oficial do município.

No levantamento de mercado, realizado por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas, acessado em 22 de fevereiro de 2024, às 16h30min (horário de Brasília), no seguinte endereço: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, pode ser observado que é comum a aquisição do objeto através de pregão eletrônico, como pode ser observado abaixo, que contém objeto com características similares ao pretendido neste instrumento:

Órgão Gerenciador	Modalidade da Contratação	Id Contratação PNCP
Município de Itajá/GO	Pregão - eletrônico	02186757000147-1-000001/2024
Município de Mata de São João/BA	Pregão - eletrônico	13805528000180-1-000011/2024
Município de Queimadas/ PB	Pregão - eletrônico	08742264000122-1-000014/2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Município de Nova Vila do Piauí/ PI	Pregão - eletrônico	01612614000197-1-000020/2024
Município de Baixa Grande/BA	Pregão - eletrônico	13794912000124-1-000008/2024
Município de Itueta/ MG	Pregão - eletrônico	18413179000174-1-000001/2024

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo, trata da aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, para o ano letivo de 2024, da Rede Pública Municipal de Valença, por meio de Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A Seção II da Resolução CD/FNDE nº 06/2020, trata dos Cardápios da Alimentação Escolar. De acordo com a Resolução, os cardápios devem ser elaborados, tendo como base a utilização de alimentos in natura ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável; os cardápios devem ser adaptados para atender aos estudantes diagnosticados com necessidades alimentares especiais; estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação devem receber alimentação escolar no período de escolarização e, no mínimo, uma refeição no contraturno, quando em AEE; os cardápios devem atender às especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas; os cardápios o devem receber a alimentação escolar no período de escolarização e, no mínimo, uma refeição no contraturno, quando em AEE, de modo a atender às necessidades nutricionais, conforme suas especificidades. Os cardápios devem atender às especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas; os cardápios devem ser planejados para atender as necessidades nutricionais de cada etapa, conforme o período parcial ou integral, conforme anexo IV da resolução;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

ANEXO IV

VALORES DE REFERÊNCIA PARA ENERGIA, MACRONUTRIENTES E MICRONUTRIENTES

CRECHE

Categoria	Idade	Energia (kcal)	30% das Necessidades diárias			Vitaminas		Minerais	
			CARBOIDRATOS (g)	PROTEÍNAS (g)	LIPÍDIOS (g)				
			55% a 65% do VET	10 % a 15% do VET	25% a 35% do VET	A (mcg)	C (mg)	Cálcio (mg)	Ferro (mg)
Creche	7 - 11 meses	203	28 a 33	5 a 8	6 a 8	150	15	78	2
	1 - 3 anos	304	42 a 49	8 a 11	8 a 12	63	4	150	1

Fonte: Energia – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2004; Carboidrato, Proteína e Lipídio – Organização Mundial de Saúde (OMS), 2004 e 2007. Dietary Reference Intakes para Vitamina C (2000); Dietary Reference Intakes para Vitamin A e ferro (2001); Dietary Reference Intakes para Cálcio (2011).

*Para uso de referência dessa resolução, usou-se faixa de carboidrato de 55% a 65% do Valor Energético Total da Dieta (VET).

Categoria	Idade	Energia (kcal)	70% das Necessidades diárias			Vitaminas		Minerais	
			CARBOIDRATOS (g)	PROTEÍNAS (g)	LIPÍDIOS (g)				
			55% a 65% do VET	10 % a 15% do VET	25% a 35% do VET	A (mcg)	C (mg)	Cálcio (mg)	Ferro (mg)
Creche	7 - 11 meses	475	65 a 77	12 a 18	13 a 18	350	35	182	5
	1 - 3 anos	708	97 a 115	18 a 27	20 a 28	147	9	350	2

Fonte: Energia – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2004; Carboidrato, Proteína e Lipídio – Organização Mundial de Saúde (OMS), 2004 e 2007. Dietary Reference Intakes para Vitamina C (2000); Dietary Reference Intakes para Vitamin A e ferro (2001); Dietary Reference Intakes para Cálcio (2011).

*Para uso de referência dessa resolução, usou-se faixa de carboidrato de 55% a 65% do Valor Energético Total



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

ANEXO IV (Continuação)
PRÉ-ESCOLA, ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO MÉDIO E EJA

	20% das Necessidades diárias				
Categoria	Idade	Energia (kcal)	CARBOIDRATOS (g)	PROTEÍNAS (g)	LIPÍDIOS (g)
			55% a 65% do VET	10 a 15% do VET	15% a 30% do VET
Pré-escola	4 - 5 anos	270	37 a 44	7 a 10	8 a 11
Ensino fundamental	6 - 10 anos	329	45 a 53	8 a 12	9 a 13
	11 - 15 anos	473	65 a 77	12 a 18	13 a 18
Ensino médio	16 - 18 anos	543	75 a 88	14 a 20	15 a 21
EJA	19 - 30 anos	477	66 - 77	12 a 18	8 a 16
	31 - 60 anos	459	63 - 75	11 a 17	8 a 15

Fonte: Energia – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2004;
Carboidrato, Proteína e Lipídio – Organização Mundial de Saúde (OMS), 2004 e 2007.

*Para uso de referência dessa resolução, usou-se faixa de carboidrato de 55% a 65% do Valor Energético Total da Dieta (VET).

		30% das Necessidades diárias			
Categoria	Idade	Energia (kcal)	CARBOIDRATOS (g)	PROTEÍNAS (g)	LIPÍDIOS (g)
			55% a 65% do VET	10 a 15% do VET	15% a 30% do VET
Pré-escola	4 - 5 anos	405	56 a 66	10 a 15	11 a 16
Ensino fundamental	6 - 10 anos	493	68 a 80	12 a 18	14 a 19
	11 - 15 anos	710	98 a 115	18 a 27	20 a 28
Ensino médio	16 - 18 anos	815	112 a 132	20 a 31	23 a 32
EJA	19 - 30 Anos	715	98 a 116	18 a 27	12 a 24
	31 - 60 Anos	689	95 a 112	17 a 26	11 a 23



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Fonte: Energia – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2004; Carboidrato, Proteína e Lipídio – Organização Mundial de Saúde (OMS), 2004 e 2007.

*Para uso de referência dessa resolução, usou-se faixa de carboidrato de 55% a 65% do Valor Energético Total da Dieta (VET).

Categoria	Idade	70% das Necessidades diárias			
		Energia (kcal)	CARBOIDRATOS (g)	PROTEÍNAS (g)	LIPÍDIOS (g)
			55% a 65 % do VET	10 a 15% do VET	15% a 30% do VET
Pré-escola	4 - 5 anos	945	130 a 154	24 a 35	26 a 37
Ensino fundamental	6 - 10 anos	1150	158 a 187	29 a 43	32 a 45
	11 - 15 anos	1656	228 a 269	41 a 62	46 a 64
Ensino médio	16 - 18 anos	1902	262 a 309	48 a 71	53 a 74
EJA	19 - 30 anos	1668	229 a 271	42 a 63	28 a 56
	31 - 60 anos	1607	221 a 261	40 a 60	27 a 54

Fonte: Energia – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2004; Carboidrato, Proteína e Lipídio – Organização Mundial de Saúde (OMS), 2004 e 2007.

*Para uso de referência dessa resolução, usou-se faixa de carboidrato de 55% a 65% do Valor Energético Total da Dieta (VET)

Em posse do cardápio e das fichas de preparação de cada alimento, é feito o cálculo matemático baseado em dados do Censo Escolar do ano anterior, que permite saber a quantidade necessária de cada um dos alimentos, durante o período de tempo que esse cardápio será servido nas escolas, de acordo com o número de alunos a ser atendido. O cálculo feito pelos nutricionistas do Departamento de Alimentação Escolar é feito de forma que seja comprada a quantidade necessária de alimentos para atender a todos os cardápios planejados em quantidade suficiente para todos os alunos e para todo o ano letivo.

Conforme Documento de Formalização da Demanda, foi identificada a necessidade de aquisição dos itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1.	AÇÚCAR CRISTAL	KG	20000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

2.	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO	UND	10
3.	AMIDO DE MILHO	UND	8000
4.	ARROZ BRANCO POLIDO	KG	10000
5.	ARROZ PARBOILIZADO	KG	20000
6.	ARROZ INTEGRAL	KG	30
7.	AVEIA EM FLOCOS FINOS	UND	1000
8.	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA	PCT	600
9.	BISCOITO DOCE TIPO MARIA	PCT	600
10.	BISCOITO DOCE SEM LACTOSE SABOR LEITE	PCT	60
11.	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER	PCT	1000
12.	CACAU EM PÓ	PCT	3500
13.	CAFÉ TORRADO E MOÍDO	PCT	2000
14.	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO	KG	2000
15.	FEIJÃO CARIOCA	KG	30000
16.	FLOCÃO DE MILHO	PCT	8000
17.	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES	LT	500
18.	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DE 06 A 12 MESES	LT	500
19.	FUBÁ DE MILHO	PCT	3000
20.	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO SEM LACTOSE	PCT	150
21.	LEITE EM PÓ INTEGRAL	UND	42000
22.	LEITE UHT INTEGRAL	UND	2600
23.	MACARRÃO ESPAGUETE COM OVOS	UND	70000
24.	MACARRÃO INTEGRAL ESPAGUETE	UND	100
25.	MASSA DE SOPA PAI NOSSO	UND	7000
26.	MILHO BRANCO	UND	1500
27.	ÓLEO DE SOJA	UND	2600
28.	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA	UND	20000
29.	SAL IODADO DE MESA	KG	3600
30.	VINAGRE DE ÁLCOOL	UND	6000
31.	ABÓBORA	KG	3800
32.	ALHO	KG	1500
33.	BANANA DA PRATA	KG	6000
34.	BATATA INGLESA	KG	20000
35.	BETERRABA	KG	3500
36.	CEBOLA BRANCA	KG	22000
37.	CENOURA	KG	25000
38.	CHUCHU	KG	5000
39.	GOIABA VERMELHA	KG	4000
40.	MAÇÃ	KG	10000
41.	MANÇA TOMMY	KG	25000
42.	MELANCIA	KG	50000
43.	MELÃO AMARELO	KG	23000
44.	OVOS DE GRANJA	DZ	12000
45.	PEPINO	KG	2500
46.	PERA NACIONAL	KG	1200
47.	QUIABO	KG	2000
48.	TOMATE	KG	28000
49.	ALMÔNDEGA CONGELADA	KG	6000
50.	CARNE BOVINA MÚSCULO	KG	25000
51.	CARNE BOVINA AÇÉM	KG	30000
52.	CARNE DE FILÉ DE PEITO	KG	10000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

53.	CARNE SUINA BISTECA	KG	30000
54.	FIGADO BOVINO	KG	12000
55.	PEITO DE FRANGO	KG	90000
56.	IOGURTE SABOR COCO	UND	1000
57.	IOGURTE SABOR MORANGO	UND	1000
58.	IOGURTE SEM LACTOSE SABOR MORANGO	UND	250

Segue abaixo tabela comparativa entre as quantidades solicitadas neste processo com as quantidades dos Pregões Eletrônicos de 2022 e 2023.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE 2022	QUANTIDADE 2023	QUANTIDADE 2024
1.	AÇÚCAR CRISTAL	KG	22000	25000	20000
2.	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO	UND	30	30	10
3.	AMIDO DE MILHO	UND	5000	5000	8000
4.	ALIMENTO A NASE DE SOJA (LEITE DE SOJA)	PCT	400	00	00
5.	ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PÓ	PCT	30.000	00	00
6.	ARROZ BRANCO POLIDO	KG	5000	10000	10000
7.	ARROZ PARBOILIZADO	KG	35000	40000	20000
8.	ARROZ INTEGRAL	KG	00	300	30
9.	AVEIA EM FLOCOS FINOS	UND	1500	1500	1000
10.	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA	PCT	23000	10000	600
11.	BISCOITO DOCE TIPO MARIA	PCT	21000	10000	600
12.	BISCOITO DOCE SEM LACTOSE SABOR LEITE	PCT	125000	125	60
13.	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER	PCT	25000	25000	1000
14.	BISCOITO CREAM CRACKER AMANTEIGADO SEM LACTOSE	PCT	125	125	00
15.	BISCOITO SALGADO INTEGRAL	PCT	00	160	00
16.	BISCOITO POLVILHO	PCT	125	125	00
17.	CACAU EM PÓ	PCT	00	15000	3500
18.	CAFÉ TORRADO E MOÍDO	PCT	10000	10000	2000
19.	CANELA EM PÓ	PCT	600	600	00
20.	COMINHO	PCT	6000	6000	00
21.	CREME DE LEITE	UND	00	4000	00
22.	EXTRATO DE TOMATE	PCT	00	4000	00
23.	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO	KG	00	5000	2000
24.	FEIJÃO CARIOCA	KG	30000	30000	30000
25.	FEIJÃO FRADINHO	KG	00	5000	00
26.	FERMENTO EM PÓ	UND	00	400	00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

27.	FLOCÃO DE MILHO	PCT	6000	10000	8000
28.	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES	LT	00	1500	500
29.	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DE 06 A 12 MESES	LT	1000	1000	500
30.	FUBÁ DE MILHO	PCT	7000	10000	3000
31.	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTANEO SEM LACTOSE	PCT	600	600	150
32.	LEITE EM PÓ INTEGRAL	UND	100000	80000	42000
33.	LEITE FORTIFICADO INSTANTÂNEO EM PÓ	PCT	4000	00	00
34.	LEITE UHT INTEGRAL	UND	00	5000	2600
35.	MACARRÃO ESPAGUETE COM OVOS	UND	26000	26000	70000
36.	MACARRÃO INTEGRAL ESPAGUETE	UND	00	300	100
37.	MARGARINA COM SAL	POT	4000	4000	00
38.	MACARRÃO DE SÊMOLA COM OVOS E VEGETAIS TIPO PARAFUSO	PCT	00	5000	00
39.	MASSA DE SOPA PAI NOSSO	UND	00	3000	7000
40.	MASSA DE SOPA ARGOLINHA	PCT	10000	10000	00
41.	MASSA DE SOPA CONCHINHA	PCT	10000	10000	00
42.	MILHO BRANCO	UND	8000	8000	1500
43.	ÓLEO DE SOJA	UND	9000	10000	2600
44.	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA	UND	15000	15000	20000
45.	PÃO TIPO HOT DOG	KG	4000	16000	00
46.	PÃO FRANCÊS	PCT	00	6000	00
47.	QUEIJO PARMESÃO RALADO	PCT	00	3000	00
48.	SAL IODADO DE MESA	KG	3800	4000	3600
49.	VINAGRE DE ÁLCOOL	UND	5000	8000	6000
50.	XERÉM MILHO	PCT	4000	4000	00
51.	ABOBRINHA	KG	00	5000	00
52.	ABÓBORA	KG	00	00	3800
53.	ALHO	KG	3000	2000	1500
54.	AMENDOIM	KG	2000	00	00
55.	BANANA DA PRATA	KG	00	00	6000
56.	BATATA INGLESA	KG	32000	25000	20000
57.	BETERRABA	KG	2000	4000	3500
58.	CEBOLA BRANCA	KG	20000	30000	22000
59.	CENOURA	KG	17000	20000	25000
60.	CHUCHU	KG	16000	16000	5000
61.	GOIABA VERMELHA	KG	7000	7000	4000
62.	MAÇÃ	KG	00	10000	10000
63.	MANGA TOMMY	KG	8000	10000	25000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

64.	MARACUJA	KG	10000	10000	00
65.	MELANCIA	KG	50000	50000	50000
66.	MELÃO AMARELO	KG	20000	25000	23000
67.	MILHO VERDE	SC	5000	00	00
68.	OVOS DE GRANJA	DZ	7000	7000	12000
69.	PEPINO	KG	2500	2500	2500
70.	PERA NACIONAL	KG	3000	3000	1200
71.	PIMENTÃO	KG	4000	6000	00
72.	QUIABO	KG	700	1000	2000
73.	REPOLHO	KG	2000	2000	00
74.	TOMATE	KG	28000	28000	28000
75.	ALMÔNDEGA CONGELADA	KG	6000	6000	6000
76.	CARNE BOVINA ALCATRA	KG	3000	00	00
77.	CARNE BOVINA MÚSCULO	KG	25000	25000	25000
78.	CARNE BOVINA AÇÉM	KG	00	25000	30000
79.	CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª QUALIDADE	KG	00	10000	00
80.	CARNE DE FILÉ DE PEITO DE FRANGO MOÍDO	KG	00	10000	10000
81.	CARNE BOVINA PATINHO	KG	1800	00	00
82.	CARNE SUINA BISTECA	KG	10000	10000	30000
83.	CHARQUE PONTA DE AGULHA	KG	7000	10000	00
84.	COXA E SOBRECOXA	KG	10000	30000	00
85.	FÍGADO BOVINO	KG	15000	15000	12000
86.	PEITO DE FRANGO	KG	40000	90000	90000
87.	PEIXE MERLUZA EM FILÉ	KG	00	15000	00
88.	IOGURTE SABOR COCO	UND	2000	2000	1000
89.	IOGURTE SABOR MORANGO	UND	4000	4000	1000
90.	IOGURTE SEM LACTOSE SABOR MORANGO	UND	500	500	250
91.	IOGURTE SABOR AMEIXA	L	2000	2000	00
92.	IOGURTE SABOR SALADA DE FRUTAS	L	2000	2000	00
93.	IOGURTE SEM LACTOSE COCO	UND	500	100	00
94.	POLPA DE FRUTA SABOR MANGA	KG	10000	00	00
95.	POLPA DE FRUTA SABOR ACEROLA	KG	10000	00	00
96.	POLPA DE FRUTA SABOR CAJÁ	KG	10000	00	00
97.	POLPA DE FRUTA SABOR GOIABA	KG	10000	00	00
98.	SALSICHA CONGELADA	KG	3000	3000	00
99.	LINGUIÇA TIPO CALABRESA	KG	4000	5000	00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

O quantitativo e a escolha dos itens foi realizada por equipe técnica de nutricionistas do Departamento de Alimentação Escolar, levando-se em consideração a etapa de ensino e calendário escolar na elaboração dos cardápios, que comporão os anexos do processo.

QUANTITATIVO

ITEM	FUND	EJA	AEE	QUILOMBOLA	CRECHE	PRE-ESCOLA	TOTAL	QUANTIDADE
Abacaxi kg	2801	1059	0	1515	0	0	5374	5600
Abóbora kg	7002	529	116	252	1625	1558	11083	12000
Açafrão 100g	2626	496	54	158	722	519	4576	4800
Aipim sem casca congelado kg	0	2812	0	0	0	0	2812	3000
Amendoim kg	1050	198	22	63	0	208	1541	1800
Azeite de dendê de pilão 200ml	0	0	0	95	0	0	95	100
Banana da prata kg	0	0	0	0	9391	6232	15623	16000
Banana da terra kg	0	0	0	0	5960	5193	11153	11500
Batata doce amarela kg	0	1588	0	505	1084	519	3696	4000
Batata doce roxa kg	0	1588	0	505	1084	519	3696	4000
Beiju de coco 500g	0	619	0	0	0	0	619	700
Biscoito de banana 800g	0	464	0	0	0	0	464	500
Biscoito de goma kg	0	372	0	0	0	0	372	450
Biscoito de goma sem lactose kg	0	10	0	0	0	0	10	15
Bolo de laranja kg	0	0	0	0	0	277	277	300
Coco seco sem casca cortado kg	2100	794	22	126	1355	1558	5955	6000
Coco seco sem casca ralado kg	1313	0	22	126	813	519	2793	3000
Corante 100g	2626	496	54	158	722	519	4576	4800
Farinha de mandioca kg	2100	0	43	126	1084	1039	4392	4500
Farinha de tapioca kg	2626	794	43	126	0	779	4368	4500
Laranja pera kg	11203	3970	463	1347	5779	5539	28300	30000
Mamão formosa kg	0	0	348	757	1806	2077	4988	5000
Mamão havaí kg	0	0	348	757	1806	2077	4988	5000
Melancia kg	5251	2646	977	1894	3612	0	14381	15000
Milho verde und	8752	1654	181	526	903	1731	13747	14000
Polpa de frutas sabor acerola kg	5601	0	116	337	0	1385	7439	8000
Polpa de frutas sabor goiaba kg	0	2117	0	337	0	2077	4531	5000
Polpa de frutas sabor manga kg	5601	0	116	421	0	0	6138	7000
Quiabo kg	0	0	0	126	2167	1039	3332	3500
Tangerina kg	0	0	0	631	867	831	2329	2500

FOLHOSOS

Item	FUNDAMENTAL	EJA	AEE	QUILOMBOLA	CRECHE	PRE ESCOLA	TOTAL	QUANTIDADE
Alface crespa mç	0	0	0	0	1248	0	1248	1300
Cebolinha mç	0	0	0	0	1248	0	1248	1300
Coentro miúdo mç	0	0	0	0	1248	0	1248	1300
Couve manteiga mç	0	0	0	0	1248	0	1248	1300



6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços foi obtida a partir de pesquisa de preços do Portal Nacional de Compras Públicas e Plataforma Governamental Fonte de Preços, onde são encontrados compras de municípios de todo o Brasil.

O preço estimado considerou o mínimo de 3 cotações. A obtenção do preço deu-se com base na média dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão da proximidade dos preços.

O preço estimado da contratação é de R\$6.552.413,64 (seis milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e treze reais, e sessenta e quatro centavos), conforme memória de cálculo em anexo. Os preços estão compatíveis com o praticado no mercado.

A pesquisa de preços foi conduzida pelo servidor Bruno Silva Freitas, matrícula nº 72451687.

7. PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O certame licitatório deverá ser realizado sob o critério de menor preço por lotes, já que os itens que formam o lote guardam características de similaridade, porquanto da mesma natureza e guardam relação entre si (mesmo segmento do gênero licitado), e técnicas para justificar o agrupamento em lote, não havendo assim prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, sobretudo quanto ao aspecto da logística de entrega dos materiais que obedecerá um padrão de modo a obstaculizar eventuais prejuízos ao Ente, e propiciando a ampla participação de licitantes, ante a possibilidade de redução do valor agrupado diante do volume de cada um lote.

No Informativo de Licitações e Contratos nº 147 do Tribunal de Contas da União, Sessões: 9 e 10 de abril de 2013 do Plenário, no item 5, decidiu-se que:

“É lícito o agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si Representação efetuada por empresa, com pedido de medida cautelar, apontou supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 01/2013, que tem por objeto a aquisição de mobiliário para as unidades da Advocacia-Geral da União no Rio de Janeiro. Entre os quesitos do edital impugnados, destaque-se o que estabeleceu o agrupamento dos itens de mobiliários (estações de trabalho, mesas diversas, gaveteiros, armários variados e estantes) em lotes. Argumentou a autora da representação que a licitação por lote, em que os componentes sejam "elementos díspares entre si", afrontaria o disposto no art. 3º, caput e § 1º, da Lei 8.666/1993, c.c. art. 5º, caput e parágrafo único, do Decreto 5.450/2005, assim como a orientação contida na Súmula 247 TCU, na medida em que impediria um maior número de empresas de participar do certame, pois muitas delas seriam capazes de ofertar apenas alguns itens e não outros. A relatora, no entanto, ao endossar o exame empreendido pela unidade técnica a respeito dessa questão, considerou pertinente a justificativa de que tal medida visou à "padronização do design e do acabamento dos diversos móveis que compõem os ambientes da AGLT e objetivou "garantir um mínimo de estética e identidade visual apropriada, por lote e localidade, já que os itens fazem parte de um conjunto que deverá ser harmônico entre si. E de que se



buscou evitar o aumento do número de fornecedores, com o intuito de "preservar o máximo possível a rotina das unidades, que são afetadas por eventuais descompases no fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores". Acrescentou que "lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos". E mais: "O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública". Mencionou ainda decisão do Tribunal que forneceu orientação que se ajustaria às especificidades do caso sob exame, no sentido de que "inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si" - Acórdão 5.260/2011-1@ Câmara. Acrescentou que houve efetiva competição no certame, que contou com a participação de quinze empresas. O Tribunal, então, por não identificar razões para a suspensão do certame, julgou improcedente a representação. Precedente mencionado: Acórdão 5.260/2011-1@ Câmara. Acórdão 861/2013- Plenário, TC 006.719/2013-9, relatora Ministra Ana Arraes, 10.4.2013. (Grifos Nossos)".

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Quanto a aquisições correlatas e/ou interdependentes, identificamos que o objeto com características iguais ou semelhantes foram adquiridos recentemente pelo município, nos presentes instrumentos abaixo:

PE 005-2022, disponível em <https://sai.io.org.br/ba/valenca/Site/Licitacao/47022?localConsulta=2>, acesso em 23/02/2024;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

← → ↻ 🏠 sai.io.org.br/ba/valenca/Site/Licitacao/47022?localConsulta=2 ☆ 📄 📄 📄 📄

MENU Acesso à Informação Transparência Encontre no Portal Diário Oficial 131 web transparência Busca 🔍

ÓRGÃO : Prefeitura Municipal de Valença

Nº DA LICITAÇÃO : PE005-2022

Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO : 015-2022

LOCAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO : Valença-Bahia

Nº DO EDITAL : 005-2022

DATA DO CERTAME : 01/02/2022

LOCAL DO CERTAME : www.licitacoes-e.com.br ID 918010

MODALIDADE : Pregão Eletrônico

OBJETO : Aquisição parcelada de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis), que se destinarão a alimentação escolar das escolas municipais e creches municipais, conforme descrição e quantidades constantes no termo de referência anexo, através do Siste

PUBLICAÇÃO : 20/01/2022

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA : Item não cadastrado no sistema

FISCAL : Não informado

Relacionado ao COVID-19 : Não

POSSUI ADITIVO : Não

SRP : Sim

065/2023, disponível em
<https://sai.io.org.br/ba/valenca/Site/Licitacao/74653?localConsulta=2>, acesso em
23/02/2024.

MENU Acesso à Informação Transparência Encontre no Portal Diário Oficial 131 web transparência Busca 🔍

ÓRGÃO : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Nº DA LICITAÇÃO : 065/2023

Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO : 065/2023

LOCAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO : Valença-Bahia

Nº DO EDITAL : PE 021/2023

DATA DO CERTAME : 10/04/2023

LOCAL DO CERTAME : www.licitacoes-e.com.br ID 994061

MODALIDADE : Pregão Eletrônico

OBJETO : Aquisição parcelada de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis) destinados a alimentação escolar das escolas e creches da rede municipal de ensino de Valença-BA, pelo Sistema de Registro de Preços.

PUBLICAÇÃO : 28/03/2023

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA : SIM

FISCAL : Não informado

Relacionado ao COVID-19 : Não

POSSUI ADITIVO : Não

Ressalto que houve variações de demanda ou até mesmo de item com relação ao certame atual, tendo em vista a atualizações nas necessidades e definição de demanda.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO



A Secretaria Municipal de Educação ainda não elaborou Plano de Contratações Anuais para o ano de 2024.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Espera-se com esta aquisição atender as demandas da aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não-perecíveis, para assegurar a continuidade e manutenção da alimentação escolar, dos alunos da rede pública municipal de Valença-Ba, no ano letivo de 2024. Busca-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo benefício possível do objeto em recursos financeiros, administrativos, e econômicos, permitindo assim que as aquisições sejam realizadas de forma rápida, econômica e sustentável.

11 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Todos os produtos deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Resolução RDC nº 259/02 e 216/2004 - ANVISA). Os produtos embalados e rótulos devem ser observadas as regras constantes na especificação de cada item.

Os produtos de origem animal devem atender a Lei 1.283/1950, regulamentada pelo Decreto 9.013/2017, e só serão aceitos produtos cujo estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).



Os produtos de origem vegetal devem estar registrados no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

De acordo com as determinações do Programa de Alimentação Escolar contidas na Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, que estabelece as normas para execução do Programa no tópico VII sobre o Controle de Qualidade da Alimentação Escolar, assegurando o cumprimento dos seguintes itens: - Garantia de condições higiênicas sanitárias durante transporte; - Garantia da qualidade e higiene do produto.

13. VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Esta equipe de planejamento declara VIÁVEL esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Valença-BA, 21 de março de 2024.

Émeli Cardoso Santos Teixeira

Matrícula 72450020

Julia Meireles da Silva

Matrícula 7242164

De acordo:

Albete Freitas de Sousa Pereira

Secretária de Educação

Decreto nº 4.544/2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2024

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o ano letivo de 2024, da Rede Pública Municipal de Educação, de Valença-Ba, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

2.1.1. LOTE 1 - MERCEARIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AÇÚCAR CRISTAL - de 1ª qualidade. Pacote de 1 kg. Produto obtido do suco da cana de açúcar, tipo cristal, contendo no mínimo 99,3% de sacarose, admitindo umidade máxima de 0,3% p/p, livre de fermentação, inseto de sujidades, de matérias terrosas, de parasitas e de detritos animais ou vegetais. O produto deve estar acondicionado em sacos plásticos resistentes, atóxica, transparentes, incolor, lacrada. Apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	20.000	R\$4,05	R\$81.000,00
2	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO - 100% stévia. Ingredientes: água, edulcorantes naturais glicosídeo de steviol; conservantes benzoato de sódio e sorbato de potássio; acidulante ácido cítrico. Sem aspartame, sem ciclamato, sem sacarina, sem acesulfame-k. Unidade de 80 ml. Prazo de validade mínimo de 2 anos a contar a partir da entrega.	UND	10	R\$14,10	R\$141,00
3	AMIDO DE MILHO - Apresentado em pacote de 200 g, embalagem de polietileno, limpo, não violado,	UND	8.000	R\$5,05	R\$50.525,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	resistente à manipulação e armazenamento. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 1 (um) ano a partir da data de entrega.				
4	ARROZ BRANCO POLIDO - Tipo I – grãos inteiros e de 1ª qualidade. Pacote de 1 kg. O produto deve conter no mínimo 90% de grãos inteiros e não poderá apresentar umidade maior que 14%. O produto não deve apresentar grãos disformes, ardidos, mofados, quebrados e manchados e o percentual de impurezas não pode ultrapassar 5% (grãos queimados, pedras, casacas e pedaços de talos). O produto não deve apresentar matérias estranhas como corpos e detritos de qualquer natureza estranha ao produto, como grãos ou sementes de outras espécies vegetais, sujidades e restos de insetos. O produto deve estar acondicionado em sacos plásticos resistentes à manipulação e armazenamento, atóxico, transparente, incolor, lacrada. A embalagem deve ser composta de dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade mínima de 8 (oito) meses a partir da data de entrega.	KG	10.000	R\$5,05	R\$50.525,00
5	ARROZ PARBOILIZADO. Tipo I – grãos inteiros e de 1ª qualidade. Pacote de 1 kg. O produto deve conter no mínimo 90% de grãos inteiros e não poderá apresentar umidade maior que 14%. O produto não deve apresentar grãos disformes, ardidos, mofados, quebrados e manchados e o percentual de impurezas não pode ultrapassar 5% (grãos queimados, pedras, casacas e pedaços de talos). O produto não deve apresentar	KG	20.000	R\$5,18	R\$103.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	matérias estranhas como corpos e detritos de qualquer natureza estranha ao produto, como grãos ou sementes de outras espécies vegetais, sujidades e restos de insetos. O produto deve estar acondicionado em sacos plásticos resistentes à manipulação e armazenamento, atóxico, transparente, incolor, lacrada. A embalagem deve ser composta de dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade mínima de 8 (oito) meses a partir da data de entrega.				
6	ARROZ INTEGRAL. Tipo I – grãos inteiros e de 1ª qualidade. Pacote de 1 kg. O produto deve conter no mínimo 90% de grãos inteiros e não poderá apresentar umidade maior que 14%. O produto não deve apresentar grãos disformes, ardidos, mofados, quebrados e manchados e o percentual de impurezas não pode ultrapassar 5% (grãos queimados, pedras, casacas e pedaços de talos). O produto não deve apresentar matérias estranhas como corpos e detritos de qualquer natureza estranha ao produto, como grãos ou sementes de outras espécies vegetais, sujidades e restos de insetos. O produto deve estar acondicionado em sacos plásticos resistentes à manipulação e armazenamento, atóxico, transparente, incolor, lacrada. A embalagem deve ser composta de dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade mínima de 8 (oito) meses a partir da data de entrega.	KG	30	R\$6,35	R\$190,35
7	AVEIA EM FLOCOS FINOS - Apresentado em pacote de 170g. Produto resultante da moagem de grãos de aveia. Composição em uma porção de 30g: 4,3g a 4,6g de proteína, 3,0g a 3,4g de fibra alimentar. Os flocos de aveia devem	UND	1.000	R\$4,92	R\$4.915,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	ser fabricados com produto de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os flocos de aveia que apresente odor oxidado e/ou de mofo, presença de sujidades, parasitas e larvas. A embalagem secundária deverá ser de caixa de papelão resistente à manipulação e armazenamento, com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.				
8	BISCOITO DOCE TIPO "MAISENA" - composição: farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho. Apresentar 0 (zero) gordura trans. Fabricado a partir de matérias sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Embalagem dupla, contendo no mínimo 350g (3x1), com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, data de validade e peso líquido. Apresentar validade mínima de 7 (sete) meses a partir da data de entrega.	PCT	600	R\$4,53	R\$2.718,00
9	BISCOITO DOCE TIPO "MARIA". Composição: farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, açúcar invertido, soro de leite, sal e fermento químico. Apresentar 0 (zero) gordura trans. Fabricado a partir de matérias sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar	PCT	600	R\$5,36	R\$3.217,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Embalagem dupla, contendo no mínimo 350g (3x1), com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. Apresentar validade mínima de 7 (sete) meses a partir da data de entrega.				
10	BISCOITO DOCE SEM LACTOSE SABOR LEITE- Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, sal, amido de milho, estabilizante lecitina de soja, aroma, artificial de leite. Apresentar 0 (zero) gordura trans. Fabricado a partir de matérias sãs e limpas, isentas de materiais terrosos, parasitas e em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozido, queimado e de caracteres organolépticos anormais, sem crocância, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiços. Embalagem dupla, contendo no mínimo 350g (3x1), com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da entrega.	PCT	60	R\$5,41	R\$324,60
11	BISCOITO SALGADO TIPO "CREAM CRACKER" - obtido pela mistura de farinha (s), amido (s) e ou fécula (s) com outros ingredientes, submetidos a processo de amassamento e cocção. Apresentar 0 (zero) gordura trans. Fabricado a partir de matérias sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e me perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Embalagem dupla, contendo no mínimo 350g (3x1), com	PCT	1.000	R\$4,62	R\$4.620,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido. Validade mínima de 7 (sete) meses a partir da entrega.				
12	CACAU EM PÓ (100% CACAU) (pacote com 180g) ingredientes: Cacau em pó. NÃO CONTÉM GLÚTEN. A embalagem secundária deverá ser de caixa de papelão resistente à manipulação e armazenamento. Conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, quantidade do produto e número de registro. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	PCT	3.500	R\$23,81	R\$83.346,67
13	CAFÉ TORRADO E MOÍDO- isento de sujidades e materiais estranhos. Embalado a vácuo, contendo 250g. De primeira qualidade, com grau de intensidade 8. Grau de torra médio. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e com registro no ministério da saúde, selo de pureza ABIC - Associação Brasileira da Indústria do Café. Atender especificações da Instrução Normativa nº 8, de 11 de junho de 2003. Deverá apresentar validade mínima de 8 (oito) meses a partir da data de entrega.	PCT	2.000	R\$6,13	R\$12.265,00
14	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO - tipo 1, obtida de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, vitaminas (A, B1, B2, B6, PP) e zinco; de cor branca; isenta de sujidades, parasitas e larvas; livre de mofo e materiais terrosos. O produto deve estar acondicionado em sacos plásticos resistentes à manipulação e armazenamento, atóxico, transparente, incolor, lacrada. A embalagem deve ser composta de dados de identificação do produto, marca do fabricante e	KG	2.000	R\$4,88	R\$9.750,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	prazo de validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem de 1kg.				
15	FEIJÃO CARIOCA - tipo 1, de 1ª qualidade, embalagem de 1kg. O produto deve ser constituído de grãos inteiros, de tamanho e formato naturais, maduros, limpos e secos, de cor característica da variedade correspondente e produção de última safra. O produto não deve apresentar materiais estranhos como corpos e detritos de qualquer natureza estranha ao produto, como grãos ou sementes de outras espécies vegetais, sujidades, matéria terrosa, parasitas, insetos vivos ou mortos. O produto deve estar acondicionado em embalagem primária de pacote plástico transparente, atóxico, limpos, não violados, resistentes à manipulação e armazenamento. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	30.000	R\$6,81	R\$204.375,00
16	FLOCÃO DE MILHO - Farinha de milho flocada sem sal, não contém glúten. Produto com cor, cheiro e sabor próprios. Com ausência de umidade, fermentação e ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem de 500 g, sacos plásticos transparentes e atóxicos, não violados, resistentes à manipulação e armazenamento. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, nº de lote, data de validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	PCT	8.000	R\$1,84	R\$14.680,00
17	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES - em pó para diluição, à base de leite de vaca, utilizado para lactentes sadios. Acondicionado em embalagem de	LT	500	R\$55,56	R\$27.778,33



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	lata aluminizada ou embalagem de polietileno atóxico, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Embalagem contendo 800g. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.				
18	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DE 06 A 12 MESES - em pó para diluição, à base de leite de vaca, utilizado para lactentes sadios, conforme RDC nº 43, de 19/09/2011 - ANVISA, acondicionado em embalagem de lata aluminizada ou embalagem de polietileno atóxico, contendo 800g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	LT	500	R\$57,36	R\$28.677,50
19	FUBÁ DE MILHO - refinado enriquecido com ferro e ácido fólico, cor amarela: embalagem de 500g, de 1ª qualidade. Produto obtido pela moagem do grão de milho. Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas e isentas de matéria terrosa e parasitas e larvas. Não deverá estar úmido, fermentado ou rançoso. Deve conter cor e sabor característicos. Embalagem de saco plástico transparente, resistente a manipulação e armazenamento, impresso as informações exigidas por lei vigente, identificando o número do registro no órgão competente, com prazo de validade mínimo de 06 meses.	PCT	3.000	R\$2,58	R\$7.750,00
20	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO SEM LACTOSE - com lecitina, enzima lactase, fosfato tricálcio, acrescido de vitaminas C, E, A, D e minerais: cálcio, ferro e zinco, NÃO CONTÉM GLÚTEM. Embalagem unitária com peso de	PCT	150	R\$26,72	R\$4.008,38



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	300g. Prazo de validade mínimo de 7 (sete) meses a contar da entrega.				
21	LEITE EM PÓ INTEGRAL - ingredientes: leite integral, vitaminas (A e D), composição aproximada em 26g (2 colheres de sopa): proteína 6,5 g, carboidratos 10g. Embalagem de polietileno atóxica, tipo sachê, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. Não contém glúten. Embalagem de 200g. Prazo de validade mínimo de 8 (oito) meses a contar da entrega.	UND	42.000	R\$6,06	R\$254.415,00
22	LEITE UHT INTEGRAL - EMBALAGEM TIPO TETRAPACK DE (01 LITRO): Ingredientes: vitaminas (A, D e C) e minerais (ferro e zinco) e estabilizantes trifosfato de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio e citrato de sódio, leite. Acondicionado em embalagem asséptica, cartonada e aluminizada, contendo 01 (um) litro de produto. Deverá constar externamente no rótulo da embalagem os dados de identificação, procedência, informação nutricional, numero de lote, data de validade, temperatura desejável, quantidade do produto, numero de registro e carimbo de inspeção do SIF/DIPOA e/ou SISP e/ou SIM. O produto deverá atender a legislação vigente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de origem animal do ministério da Agricultura (RIISPOA). Com validade mínima de 03 (três) meses, a partir da data de entrega do produto.	UND	2.600	R\$6,26	R\$16.284,67
23	MACARRÃO ESPAGUETE COM OVOS - pacote de 500g. Ingredientes básicos: farinha de trigo de sêmola ou semolina enriquecida com ferro e acido fólico, ovos e corante natural de urucum ou outras substâncias permitidas e submetidas a processos	UND	70.000	R\$3,14	R\$219.975,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	tecnológicos adequados. Deverão ser fabricadas a partir de matérias primas são e limpas isentas de materiais terrosos, parasitos e larvas. Embalagem plástica transparente, resistente a manipulação e armazenamento, integras, contendo informação nutricional, data de validade, lote. Validade mínima de 08 (oito) meses a partir da entrega.				
24	MACARRÃO INTEGRAL PARAFUSO – massa alimentícia de arroz integral. Ingredientes: farinha de arroz, farinha de arroz integral, amido modificado, Sem glúten. Deverão ser fabricadas a partir de matérias primas são e limpas isentas de materiais terrosos, parasitos e larvas. Embalagem plástica transparente, resistente a manipulação e armazenamento, integras, contendo informação nutricional, data de validade, lote. Validade mínima de 06 (seis) meses a partir da entrega. Pacote de 500g.	UND	100	R\$7,97	R\$797,25
25	MASSA DE SOPA PAI NOSSO - Pacote de 500g. Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corantes naturais: cúrcuma e urucum. Deverão ser fabricadas a partir de matérias primas são e limpas isentas de materiais terrosos, parasitos e larvas. Embalagem plástica transparente, resistente a manipulação e armazenamento, integras, contendo informação nutricional, data de validade, data de fabricação e lote. Validade mínima de 08 (oito) meses a partir da entrega.	UND	7.000	R\$6,03	R\$42.175,00
26	MILHO BRANCO - tipo 1, classe branca, despêculado. Embalagem plástica transparente, resistente a manipulação e armazenamento, integras, contendo informação nutricional, data de validade, data de fabricação e lote. Validade mínima de 06 (seis) meses a partir da entrega. Embalagem pacote de 500 g.	UND	1.500	R\$4,02	R\$6.026,25



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

27	ÓLEO DE SOJA - derivado de soja comestível e refinado. Embalagem plástica transparente, resistente a manipulação e armazenamento, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade. Embalagem pet de 900 ml.	UND	2.600	R\$7,23	R\$18.791,50
28	PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA - PACOTE DE 400G. Granulada. Farinha de soja desengordurada. O produto deve estar seco e solto na embalagem, não apresentar insetos ou manchas no conteúdo. Embalagem resistente a manipulação e armazenamento, integras, contendo informação nutricional, data de validade e lote. Validade mínima de 08 (oito) meses a partir da entrega.	UND	20.000	R\$7,07	R\$141.300,00
29	SAL IODADO DE MESA - contendo sal iodado não tóxico, com ausência de umidade, sujidades, parasitas e larvas. A embalagem devem ser sacos plásticos transparentes e atóxicos, não violados, resistentes à manipulação e armazenamento. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, nº de lote, data de validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	3.600	R\$1,35	R\$4.851,00
30	VINAGRE DE ÁLCOOL- Embalagem 500 ml. Composição: fermentado acético de álcool e água, conservante: metabissulfito de sódio. Acidez volátil 4,0%, não contém glúten. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência. Data de validade mínima de 1 (um) ano a partir da data de entrega na unidade requisitante.	UND	6.000	R\$1,65	R\$9.900,00
TOTAL DO LOTE			R\$1.394.111,14		



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

2.1.2. LOTE 02 – HORTIFRUTIGRANJEIROS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Abóbora - fruto limpo e acondicionado de forma a evitar danos físicos, apresentando-se íntegras. Ausência de parasitas, sujidades, larvas e corpos estranhos aderidos à casca e de primeira qualidade. Podendo ser orgânica. Cada unidade contendo cerca de 4,0 a 5,0 kg. Entregar em caixas plásticas.	KG	3.800	R\$5,67	R\$21.536,
2	ALHO - branco, grão, de 1ª qualidade, com ausência de sujidades, parasitas e/ ou larvas.	KG	1.500	R\$21,76	R\$32.643,75
3	BANANA DA PRATA - comprimento mínimo aceitável 12 cm, limpo e acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos; íntegro, limpo, “de vez” (por amadurecer) apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Ausência de parasitas, sujidades, larvas e corpos estranhos aderidos à casca. Entregar em caixas plásticas.	KG	6.000	R\$6,07	R\$36.420,00
4	BATATA INGLESA - tubérculo, in natura, genuínas, sãs, de primeira qualidade, lavado ou escovado, coloração uniforme; isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à casca. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Devem ser entregues em sacos de nylon ou polipropileno,	KG	20.000	R\$6,12	R\$122.350,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	limpas, integras e em perfeito estado de conservação.				
5	BETERRABA - raiz tuberosa, succulenta, de tamanho médio, in natura, genuínas, sãs, de primeira qualidade, escovada, coloração uniforme; isentas de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Devem ser entregues em sacos de nylon ou polipropileno, limpas, integras e em perfeito estado de conservação.	KG	3.500	R\$6,31	R\$22.067,50
6	CEBOLA BRANCA - bulbo de tamanho médio, com características integra e de primeira qualidade; isentos de sujidades, insetos, parasitas larvas e corpos estranhos aderidos a casca. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física mecânica ou biológica. Devem ser entregues em sacos de nylon ou polipropileno, limpas, integras e em perfeito estado de conservação.	KG	22.000	R\$6,56	R\$144.265,00
7	CENOURA - raiz tuberosa, succulenta, de tamanho médio, in natura, genuínas, sãs, de primeira qualidade, escovada, coloração uniforme; isentas de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Devem ser entregues em sacos de nylon ou polipropileno, limpas, integras e em perfeito estado de conservação.	KG	25.000	R\$6,21	R\$155.125,00
8	CHUCHU - de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturação apropriado para consumo, com ausência de sujidade, sem corpos estranhos aderidos à superfície externa, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou	KG	5.000	R\$5,51	R\$27.537,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	defeitos, coloração uniforme. Devem ser entregues em caixas plásticas limpas, integras.				
9	GOIABA - DO GRUPO VERMELHA, de primeira qualidade, in natura, apresentando grau de maturação apropriado para consumo, com ausência de sujidade, sem corpos estranhos aderidos à superfície externa, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, coloração uniforme. Devem ser entregues em caixas plásticas limpas, integras.	KG	4.000	R\$6,47	R\$25.880,00
10	MAÇÃ - fruto de tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme; aroma, cor e sabor típicos da espécie; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG	10.000	R\$1,42	R\$14.150,00
11	MANGA TOMMY - fruta de primeira qualidade, atingindo o grau máximo de tamanho, aroma e cor da espécie e variedade. Apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação e armazenamento, transporte. Isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Devem ser entregues em caixas plásticas limpas, integras.	KG	25.000	R\$5,46	R\$136.375,00
12	MELANCIA - fruto de tamanho grande, com características íntegras e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG	50.000	R\$1,57	R\$78.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	Devem ser entregues em caixas plásticas limpas, integras.				
13	MELÃO AMARELO - fruta de primeira qualidade, atingindo o grau máximo de tamanho, aroma e cor da espécie e variedade. Apresentando grau de maturação lhe permita suportar manipulação, armazenamento, transporte. Devem ser isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Devem ser entregues em caixas plásticas limpas, integras.	KG	23.000	R\$3,36	R\$77.222,50
14	OVOS DE GRANJA - tipo extra, branco, livre de sujeiras, fungos, substâncias tóxicas, cor e odor característico do produto, sem apresentar danos físicos e mecânicos do manuseio e transporte (rachaduras). Com registro de S.I.M, ou S.I.E ou S.I.F. contendo prazo de validade. Estar acondicionado em embalagem primária de bandejas de isopor, com divisões celulares para 12 unidades. Podendo ser transportado em caixas de papelão reforçadas.	DZ	12.000	R\$11,98	R\$143.730,00
15	PEPINO - de primeira, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Devem ser entregues em caixas plásticas limpas, integras.	KG	2.500	R\$4,52	R\$11.306,25
16	PERA NACIONAL - 1ª qualidade, tamanho médio, coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e de maturação intermediária ("de vez"), com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio, transporte e outros defeitos de qualquer espécie, estar com a casca uniforme, limpa, coloração uniforme, apresentando	KG	1.200	R\$13,12	R\$15.738,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação, em condições adequadas para o consumo, aroma, cor e sabor típicos da espécie, isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.				
17	QUIABO - fruto capsular, cônico, verde e peludo, de tamanho médio, com características integras e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme; aroma, cor e sabor típicos da espécie; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Acondicionado em caixas plásticas vazadas de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos. Podendo ser orgânico.	KG	2.000	R\$6,65	R\$13.295,00
18	TOMATE - fruto fresco de tamanho médio, com características íntegras, apresentando-se mesclado (maduro e de vez) e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Acondicionado em caixas plásticas vazadas.	KG	28.000	R\$6,06	R\$169.540,00
TOTAL DO LOTE		R\$1.247.682,00			

2.1.3. LOTE 3 – PROTEÍNAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ALMÔNDEGA CONGELADA – almôndegas bovina, cozida e congelada individualmente,	KG	6.000	R\$17,38	R\$104.250,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	suavemente temperada com especiarias. Embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente, em (pacote de 01 kg). Embalagem secundária: caixa de papelão reforçada de 05 kg. Rótulo com nome e endereço do abatedouro, identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade e prazo máximo para consumo, temperatura de estocagem, armazenamento e conservação, peso líquido, condições de armazenamento. Transportado em veículo fechado, isotérmica.				
2	CARNE BOVINA "MÚSCULO" - O produto deve ser congelado, apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos e larvas, isenta de gordura O produto deverá ser embalado em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente, em pacotes com peso de 1 a 3 kg cada. O produto deverá ser entregue com temperatura de - 18°C. No rótulo da embalagem deverão constar as especificações do produto conforme a legislação vigente (Ministério da Saúde - ANVISA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Serviço de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal - SIF / SISP / SIM) e informações sobre a procedência do mesmo, validade e condições de armazenamento.	KG	25.000	R\$18,42	R\$460.562,50
3	CARNE BOVINA ACÊM - O produto deve ser congelado, apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor	KG	30.000	R\$28,81	R\$864.225,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	próprios, sem sujidades, parasitos e larvas, isenta de sebo e ossos. O produto deverá ser embalado em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente, em pacotes com peso de 1 a 3 kg cada. O produto deverá ser entregue com temperatura de - 18°C. No rótulo da embalagem deverão constar as especificações do produto conforme a legislação vigente (Ministério da Saúde - ANVISA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Serviço de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal - SIF / SISP / SIM) e informações sobre a procedência do mesmo, validade e condições de armazenamento.				
4	Carne de Filé de Peito de Frango Moído - Ingrediente: File de peito de frango. O produto deverá ser congelado, apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos e larvas. O produto deverá ser embalado em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente, em pacotes com peso de 0,5 kg cada. - O produto deverá ser entregue com temperatura de - 18°C. No rótulo da embalagem deverão constar as especificações do produto conforme a legislação vigente (Ministério da Saúde - ANVISA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Serviço de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal - SIF / SISP / SIM) e informações sobre a procedência do mesmo, validade e condições	KG	10.000	R\$15,02	R\$150.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	de armazenamento. Cong. Embalagem 500g.				
5	CARNE SUÍNA BISTECA - O produto deverá ser congelado, apresentar aspecto firme, não amolecido e nem pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos e larvas. O produto deverá ser embalado em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente. O produto deverá ser entregue com temperatura de -18°C. No rótulo da embalagem deverão constar as especificações do produto conforme a legislação vigente (Ministério da Saúde - ANVISA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Serviço de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal - SIF / SISP / SIM) e informações sobre a procedência do mesmo, validade e condições de armazenamento. Embalagem secundária de 01 a 3 kg.	KG	30.000	R\$18,44	R\$553.050,00
6	FIGADO BOVINO - O produto deve ser congelado, apresentar com cor, cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos e larvas. O produto deverá ser embalado em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente, em pacotes com peso de 1 a 3 kg cada. O produto deverá ser entregue com temperatura de -18°C. No rótulo da embalagem deverão constar as especificações do produto conforme a legislação vigente (Ministério da Saúde - ANVISA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Serviço de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal - SIF / SISP / SIM) e informações sobre a procedência do mesmo, validade e condições de armazenamento.	KG	12.000	R\$17,99	R\$215.910,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

7	PEITO DE FRANGO - Em embalagem primaria plástica transparente, atóxica, lacrada, resistente, de no máximo 1 kg cada. Os produtos deverão apresentar aspecto próprio, carne não amolecida e nem pegajosa, cor própria e sem manchas, cheiro e sabor próprios, sem sujidades, parasitos e larvas. A embalagem secundaria de caixas de papelão lacradas em perfeito estado de conservação, limpas e secas, contendo as seguintes informações: nome do fabricante, produto, temperatura em que deve ser mantido e armazenado, data de fabricação, prazo e/ou data de validade, peso bruto, peso liquido, tara (da embalagem e da caixa), e temperatura na entrega de - 18°C. No rotulo da embalagem deverão constar as especificações do produto conforme a legislação vigente (Ministério da Saúde - ANVISA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Serviço de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal - SIF / SISP / SIM) e informações sobre a procedência do mesmo.	KG	90.000	R\$17,08	R\$1.536.975,00
TOTAL DO LOTE		R\$3.885.172,50			

2.1.4. LOTE 4 – IOGURTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	IOGURTE SABOR COCO - obtido de leite pasteurizado, de consistência cremosa. Acondicionado em embalagem plástica (polietileno) resistente, contendo externamente os dados de identificação procedência,	UND	1.000	R\$12,53	R\$12.530,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

	informação nutricional, número de lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura e carimbo de inspeção. Embalagem contendo 900 ml.				
2	IOGURTE SABOR MORANGO - obtido de leite pasteurizado, de consistência cremosa. Acondicionado em embalagem plástica (polietileno) resistente, contendo externamente os dados de identificação procedência, informação nutricional, número de lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura e carimbo de inspeção. Embalagem contendo 900 ml.	UND	1.000	R\$12,22	R\$12.220,00
3	IOGURTE SEM LACTOSE SABOR MORANGO- ingredientes: leite semidesnatado, açúcar, preparado de morango, enzima lactase e fermento lácteo. Acondicionado em embalagem plástica (polietileno) resistente, contendo externamente os dados de identificação procedência, informação nutricional, número de lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto, número do registro no ministério da agricultura/sif/dipoa e carimbo de inspeção. Embalagem contendo 180 gramas.	UND	250	R\$2,80	R\$700,00
TOTAL DO LOTE		R\$25.450,00			

- 2.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 2.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 2.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. No Brasil, a merenda escolar foi instituída como política educacional na década de 50 com a intenção de reduzir a evasão, repetência, melhorar o rendimento escolar e ainda desenvolver nos educandos bons hábitos alimentares. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), desenvolveu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo esse um dos programas complementares para o desenvolvimento do sistema de ensino aprendizagem na educação básica. A Constituição Federal de 1988 no seu art. 208, trata a alimentação escolar como dever do estado em complementação com o poder público local, essa colocação é também assinalada no art. 1 da Resolução de nº 26/2013 do FNDE que diz: “A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, e será promovida e incentivada, com vista ao atendimento dos princípios e das diretrizes estabelecidas nesta Resolução.”
- 3.2. O objetivo do PNAE é suprir no mínimo 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados no Ensino Fundamental e EJA, 30% (trinta por cento) para Pré-Escola e Quilombola, 70% (setenta por cento) para Creches em período integral, no intuito de contribuir para redução da evasão escolar, favorecer a formação de bons hábitos alimentares em crianças, adolescentes e adultos no país. O município de Valença, segundo o censo escolar FNDE de 2023, compreendeu 14.553 (quatorze mil, quinhentos e cinquenta e três) alunos matriculados na rede municipal de ensino. O município tem suas Escolas distribuídas em Valença, Guaibim e 10 (dez) subsistemas localizados na zona rural: Baixão, Derradeira, Entroncamento, Gereba, Jequiriçá, Maricoabo, Orobó I, Orobó II, Piau e Serra Grande. Compreendendo Creche 1709 (um mil, setecentos e nove) alunos; Pré-escola 1731 (um mil, setecentos e trinta e um) alunos; Fundamental 8752 (oito mil, setecentos e cinquenta e dois) alunos; Fundamental EJA 1654 (um mil, seiscentos e cinquenta e quatro) alunos; Quilombola 526 (quinhentos e vinte e seis) alunos, a relação das unidades escolares atendidas conforme censo em anexo, disponível no site do FNDE.
- 3.3. Comparado ao anterior, há necessidade de aumento na quantidade licitada, além de redução e exclusão de alguns itens, devido a necessidade de adequações dos cardápios, considerando a aceitação das preparações, as necessidades nutricionais dos estudantes da rede municipal de ensino e implantação do Programa Escola em Tempo Integral no município. Os cardápios escolares foram elaborados conforme a Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- 3.4. Os itens solicitados deverão estar de acordo com as determinações do programa de alimentação escolar contidas na Resolução CD/FNDE nº 26/2013 que estabelece as normas para execução do programa, no tópico VII sobre o controle de qualidade da alimentação escolar, assegurando o cumprimento dos seguintes itens: garantia de condições higiênicas sanitárias durante o transporte, e garantia da qualidade e higiene do produto.
- 3.5. Diante do exposto, faz-se necessária a compra de gêneros alimentícios para suprir as necessidades nutricionais dos alunos da rede municipal de ensino, dos quais muitos necessitam desta alimentação para o bom desempenho escolar. E que é posta como direito dos alunos da educação básica pública, nos termos da Lei nº 11947, de 16 de junho de 2009.



4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo, trata da aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o ano letivo de 2024, da Rede Pública Municipal de Ensino de Valença-Ba, por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão.

4.2 PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO.

O certame licitatório deverá ser realizado sob o critério de menor preço por lotes, já que os itens que formam o lote guardam características de similaridade, porquanto da mesma natureza e guardam relação entre si (mesmo segmento do gênero licitado), e técnicas para justificar o agrupamento em lote, não havendo assim prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, sobretudo quanto ao aspecto da logística de entrega dos materiais que obedecerá um padrão de modo a obstaculizar eventuais prejuízos ao Ente, e propiciando a ampla participação de licitantes, ante a possibilidade de redução do valor agrupado diante do volume de cada um lote.

No Informativo de Licitações e Contratos nº 147 do Tribunal de Contas da União, Sessões: 9 e 10 de abril de 2013 do Plenário, no item 5, decidiu-se que:

“É lícito o agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si Representação efetuada por empresa, com pedido de medida cautelar, apontou supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 01/2013, que tem por objeto a aquisição de mobiliário para as unidades da Advocacia-Geral da União no Rio de Janeiro. Entre os quesitos do edital impugnados, destaque-se o que estabeleceu o agrupamento dos itens de mobiliários (estações de trabalho, mesas diversas, gaveteiros, armários variados e estantes) em lotes. Argumentou a autora da representação que a licitação por lote, em que os componentes sejam "elementos díspares entre si", afrontaria o disposto no art. 3º, caput e § 1º, da Lei 8.666/1993, c.c. art. 5º, caput e parágrafo único, do Decreto 5.450/2005, assim como a orientação contida na Súmula 247 TCU, na medida em que impediria um maior número de empresas de participar do certame, pois muitas delas seriam capazes de ofertar apenas alguns itens e não outros. A relatora, no entanto, ao endossar o exame empreendido pela unidade técnica a respeito dessa questão, considerou pertinente a justificativa de que tal medida visou à "padronização do design e do acabamento dos diversos móveis que compõem os ambientes da AGLT e objetivou "garantir um mínimo de estética e identidade visual apropriada, por lote e localidade, já que os itens fazem parte de um conjunto que deverá ser harmônico entre si. E de que se buscou evitar o aumento do número de fornecedores, com o intuito de "preservar o máximo possível a rotina das unidades, que são afetadas por eventuais desconexões no fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores". Acrescentou que "lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos". E mais: "O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública". Mencionou ainda decisão do Tribunal que forneceu orientação que se ajustaria às especificidades do caso sob exame, no sentido de que "inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os



lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si” - Acórdão 5.260/2011-1@ Câmara. Acrescentou que houve efetiva competição no certame, que contou com a participação de quinze empresas. O Tribunal, então, por não identificar razões para a suspensão do certame, julgou improcedente a representação. Precedente mencionado: Acórdão 5.260/2011-1@ Câmara. Acórdão 861/2013- Plenário, TC 006.719/2013-9, relatora Ministra Ana Arraes, 10.4.2013. (Grifos Nossos)”.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.1. Todos os produtos deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério de Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Resolução RDC nº 259/02 e 216/2004 – ANVISA). Os produtos embalados e rótulos devem ser observadas as regras constantes na especificação de cada item;

5.1.2. Os produtos de origem animal devem atender a Lei 1.283/1950, regulamentada pelo Decreto 9.013/2017, e só serão aceitos produtos cujo estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).

5.1.3. Os produtos de origem vegetal devem estar registrados no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

5.1.4. De acordo com as determinações do Programa de Alimentação Escolar contidas na Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, que estabelece as normas para execução do Programa no tópico VII sobre o Controle de Qualidade da Alimentação Escolar, assegurando o cumprimento dos seguintes itens: - **Garantia de condições higiênicas sanitárias durante o transporte;** - **Garantia da qualidade e higiene do produto.**

Da exigência de amostra

5.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

5.3. Serão exigidas amostras dos seguintes itens.

- 5.3.1. AÇÚCAR CRISTAL;
- 5.3.2. ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO;
- 5.3.3. AMIDO DE MILHO;
- 5.3.4. ARROZ BARNCO POLIDO;
- 5.3.5. ARROZ PARBOILIZADO;
- 5.3.6. ARROZ INTEGRAL;
- 5.3.7. AVEIA EM FLOCOS FINOS;
- 5.3.8. BISCOITO DOCE TIPO MAISENA;
- 5.3.9. BISCOITO DOCE TIPO MARIA;
- 5.3.10. BISCOITO DOCE SEM LACTOSE SABOR LEITE;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- 5.3.11. BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER;
 - 5.3.12. CACAU EM PÓ;
 - 5.3.13. CAFÉ TORRADO E MOÍDO;
 - 5.3.14. FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO;
 - 5.3.15. FEIJÃO CARIOCA;
 - 5.3.16. FLOCÃO DE MILHO;
 - 5.3.17. FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES;
 - 5.3.18. FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DE 06 A 12 MESES;
 - 5.3.19. FUBÁ DE MILHO;
 - 5.3.20. LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO SEM LACTOSE;
 - 5.3.21. LEITE EM PÓ INTEGRAL;
 - 5.3.22. LEITE UHT INTEGRAL;
 - 5.3.23. MACARRÃO ESPAGUETE COM OVOS;
 - 5.3.24. MACARRÃO INTEGRAL ESPAGUETE;
 - 5.3.25. MASSA DE SOPA PAI NOSSO;
 - 5.3.26. MILHO BRANCO;
 - 5.3.27. ÓLEO DE SOJA;
 - 5.3.28. PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA;
 - 5.3.29. SAL IODADO DE MESA;
 - 5.3.30. VINAGRE DE ÁLCOOL;
 - 5.3.31. OVOS DE GRANJA;
 - 5.3.32. ALMÔNDEGA CONGELADA;
 - 5.3.33. CARNE BOVINA MÚSCULO;
 - 5.3.34. CARNE BOVINA ACÉM;
 - 5.3.35. CARNE DE FILÉ DE PEITO DE FRANGO MOÍDO;
 - 5.3.36. CARNE SUÍNA BISTECA;
 - 5.3.37. FÍGADO BOVINO;
 - 5.3.38. PEITO DE FRANGO;
 - 5.3.39. IOGURTE SABOR COCO;
 - 5.3.40. IOGURTE SABOR MORANGO;
 - 5.3.41. IOGURTE SEM LACTOSE SABOR MORANGO;
- 5.4. As amostras poderão ser entregues no Departamento de Alimentação Escolar – DAE, no endereço Praça Conselheiro Baltazar, nº 850, Centro, Valença-Ba, no prazo limite de até 02 (dois) dias úteis, das 7h às 13h, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 5.5. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.
- 5.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 5.7. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade que atenderem aos critérios técnicos constantes nas especificações de cada item.
- 5.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 5.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 5.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 5.11. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser retidas para confronto e controle de qualidade nos atos da entrega.



Subcontratação

5.12. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

5.13. O Edital oferecerá maior detalhamento das regras que poderão ser aplicadas em relação à garantia da contratação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 6.1. O prazo de entrega dos itens é de até 5 (cinco) dias, contados da data de envio da Solicitação de Compra. Os itens deverão ser entregues em conformidade com a sua descrição técnica, no Departamento de Alimentação Escolar – DAE, localizado à Praça Conselheiro Baltazar, nº 850, Triana, Valença-Ba, das 7h às 13h, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados.
- 6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior ao informado na especificação de cada item.
- 6.4. As temperaturas recomendadas para entrega devem obedecer ao informado na especificação de cada item.
- 6.5. Os cereais farináceos e as leguminosas não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos. Os mesmos deverão ser entregues com validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega ou conforme as particularidades dos itens contida na tabela de especificações.
- 6.6. Os hortifrutis deverão estar frescos, apresentando tamanho, cor e conformação uniformes, em condições adequadas, bem desenvolvidas, com polpa íntegra e firme, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Deverá apresentar grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte, e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato.
- 6.7. As frutas e hortaliças deverão ser procedentes de espécies genuínas e satisfazer as seguintes condições mínimas:
 - 6.7.1. Serem frescas;
 - 6.7.2. Não estarem golpeadas e danificadas por quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica que afetam sua aparência, a polpa e o pedúnculo (quando houver) deverão se apresentar intactos e firmes;
 - 6.7.3. Serem transportadas em caixas de polietileno vazadas.
- 6.8. Os alimentos não devem estar em contato com papel não adequado (reciclado, jornais, revistas e similares), papelão ou plástico reciclado.
- 6.9. Os produtos adquiridos, que apresentarem modificações organolépticas (cor, cheiro, textura, sabor), e larvas ou pragas, deverão ser substituídos, dentro do período de 24h após notificação do departamento de alimentação escolar, conforme solicitação do nutricionista responsável pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, sujeito a sanções prevista no edital. As mercadorias deverão ser entregues em veículos higienizados.



Garantia, manutenção e assistência técnica

- 6.10. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)
- 6.11. O custo referente ao transporte dos itens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 6.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.6. Fiscalização
- 7.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 7.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 7.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- 7.8.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

7.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

7.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

7.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

7.8.6. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato, será efetuada pela Servidora Julia Meireles da Silva, matrícula nº 7242164, da Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Alimentação Escolar.

Gestor do Contrato

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 8.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 8.8.1. o prazo de validade;
 - 8.8.2. a data da emissão;
 - 8.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.8.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.8.5. o valor a pagar; e
 - 8.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- 8.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.11. A Administração deverá realizar consulta ao para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 8.12. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, pela Secretaria demandante, e apresentados na Secretaria de Finanças do Município, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

Forma de pagamento

- 8.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

- 9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

- 9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 9.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 9.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 9.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 9.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.



- 9.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 1% do valor total estimado da contratação.
- 9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 9.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.29.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 9.29.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.29.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 9.30. De acordo com as determinações do programa de alimentação escolar contidas na Resolução CD/FNDE nº 26/2013 que estabelece as normas para execução do programa, no tópico VII sobre o controle de qualidade da alimentação escolar, assegurando o cumprimento dos seguintes itens: garantia de condições higiênico-sanitárias durante o transporte, e garantia da qualidade e higiene do produto.
- 9.31. Alvará sanitário que deverá ser emitido pela autoridade competente, para comprovação de que o estabelecimento está atuando de acordo com a legislação sanitária vigente, garantindo assim as condições higiênico-sanitárias do(s) produto(s) e serviço(s), sem riscos à saúde da população, como forma de garantir a qualidade dos alimentos oferecidos.
- 9.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 9.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 9.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 9.32.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 9.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e



9.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$6.659.200,49 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, duzentos reais e quarenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos nas tabelas do Item 01.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023).

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: [...];
- II) Fonte de Recursos: [...];
- III) Programa de Trabalho: [...];
- IV) Elemento de Despesa: [...];
- V) Plano Interno: [...];

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.4. Valença-Ba, 20 de março de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Responsável pela elaboração do instrumento.
Êmeli Cardoso Santos Teixeira
Matrícula 72450020
Secretaria Municipal de Educação

Responsável pela fiscalização do contrato
Julia Meireles da Silva
Matrícula 7242164
Secretaria Municipal de Educação

Responsável pela aprovação do instrumento.
Albete Freitas de Sousa Pereira
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 4.544/2022



Apêndice do Anexo I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Este Estudo Técnico Preliminar - ETP: tem como objetivo assegurar a viabilidade técnica e razoabilidade da contratação pública, servindo como base para a elaboração do Termo de Referência ou o Projeto Básico.

ETP Nº. 0042024	Data da Elaboração: 19/03/2024
Secretaria/servidor responsável: <ul style="list-style-type: none">Secretaria Municipal de Educação - Servidor(a) Êmeli Cardoso SantosSecretaria Municipal de Educação - Servidor(a) Julia Meireles da Silva	

1.DESCRICÃO DA NECESSIDADE
<p>No Brasil a merenda escolar foi instituída como política educacional na década de 50 com a intenção de reduzir a evasão, repetência, melhorar o rendimento escolar e ainda desenvolver nos educandos bons hábitos alimentares. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) desenvolveu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo esse um dos programas complementares para o desenvolvimento do sistema de ensino aprendizagem na educação básica. A Constituição Federal de 1988 no seu art. 208, trata a alimentação escolar como dever do estado em complementação com o poder público local, essa colocação é também assinalada no art. 1 da Resolução de nº 26/2013 do FNDE que diz: “A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, e será promovida e incentivada, com vista ao atendimento dos princípios e das diretrizes estabelecidas nesta Resolução”.</p> <p>O objetivo do PNAE é suprir no mínimo 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados no Ensino Fundamental e EJA, 30% (trinta por cento) para Pré-Escola e Quilombola, 70% (setenta por cento) para Creches em período integral, no intuito de contribuir para redução da evasão escolar, favorecer a formação de bons hábitos alimentares em crianças, adolescentes e adultos no país. O município de Valença, segundo o censo escolar FNDE de 2023, compreendeu 14.553 (quatorze mil, quinhentos e cinquenta e três) alunos matriculados na rede municipal de ensino. O município tem suas Escolas distribuídas em Valença, Guaibim e 10 (dez) subsistemas localizados na zona rural: Baixão, Derradeira, Entroncamento, Gereba, Jequiriçá, Maricoabo, Orobó I, Orobó II, Piau e Serra Grande. Compreendendo Creche 1709 alunos; Pré-escola 1731 alunos; Fundamental 8752 alunos; Fundamental EJA 1654 alunos; Quilombola 526 alunos, a relação das unidades escolares atendidas conforme censo em anexo, disponível no site do FNDE. Compreendendo Creche 1709</p>



alunos; Pré-escola 1731 alunos; Fundamental 8752 alunos; Fundamental EJA 1654 alunos; Quilombola 526 alunos, a relação das unidades escolares atendidas conforme censo em anexo, disponível no site do FNDE.

Comparado ao anterior, há necessidade de aumento na quantidade licitada, além de redução e exclusão de alguns itens, devido a necessidade de adequações dos cardápios, considerando a aceitação das preparações, as necessidades nutricionais dos estudantes da rede municipal de ensino e implantação do Programa Escola em Tempo Integral no município. Os cardápios escolares foram elaborados conforme a Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os itens solicitados deverão estar de acordo com as determinações do programa de alimentação escolar contidas na Resolução CD/FNDE nº 26/2013 que estabelece as normas para execução do programa, no tópico VII sobre o controle de qualidade da alimentação escolar, assegurando o cumprimento dos seguintes itens: garantia de condições higiênicas sanitárias durante o transporte, e garantia da qualidade e higiene do produto.

Diante do exposto, faz-se necessária a compra de gêneros alimentícios para suprir as necessidades nutricionais dos alunos da rede municipal de ensino, dos quais muitos necessitam desta alimentação para o bom desempenho escolar. E que é posta como direito dos alunos da educação básica pública, nos termos da Lei nº 11947, de 16 de junho de 2009.

2.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Seguindo as orientações do FNDE quanto a utilização dos recursos do PNAE, a contratação deverá ocorrer por meio de Licitação, obrigatoriamente na modalidade Pregão, utilizando o critério de menor preço. Será adotado como procedimento auxiliar o Sistema de Registro de Preços. A licitação na modalidade Pregão encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021.

Será adotado como procedimento auxiliar o Sistema de Registro de Preços.

O prazo de execução se dará de forma parcelada, com entregas semanais e/ou quinzenais, conforme a necessidade do Departamento de Alimentação Escolar.

O prazo de entrega dos itens será de 5 (cinco) dias após o recebimento formal da solicitação de compra. Os itens deverão ser entregues em conformidade com a sua descrição técnica, no Departamento de Alimentação Escolar - DAE, localizado à Praça Conselheiro Baltazar, nº 850, Triana, Valença-Ba, das 7h às 13h, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados.

Por se tratar de ata de registro de preços, o prazo de vigência será de no mínimo 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

É vedada a subcontratação do objeto do contrato.



Havendo o aceite da proposta, os interessados deverão apresentar amostra de **todos** os itens. As amostras serão recebidas no Departamento de Alimentação Escolar, no endereço Praça Conselheiro Baltazar, nº 850, Centro, Valença-Ba, no prazo limite de até 02 (dois) dias úteis após a convocação, na possibilidade de não haver entrega da amostra, ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada. Os resultados das análises serão encaminhados em até 02 (dois) dias úteis para o Setor de Licitação, que estipulará o prazo para publicação.

Serão adotados critérios de sustentabilidade que estejam em conformidade com o objeto;

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A aquisição de alimentação escolar possui regulamentação própria, segundo a Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE, a aquisição de gêneros alimentícios deve ocorrer através de uma licitação por pregão eletrônico.

O Pregão encontra respaldo na Lei 14.133 de 2021, sendo a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, o Pregão deve ser adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, e não se identificou a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração, quanto ao fornecimento do objeto.

Este estudo considera ainda, que o fornecimento já foi licitado por este ente por meio de Pregão Eletrônico: 065/2023 e 005/2022, disponíveis no Diário Oficial do município.

No levantamento de mercado, realizado por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas, acessado em 22 de fevereiro de 2024, às 16h30min (horário de Brasília), no seguinte endereço: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, pode ser observado que é comum a aquisição do objeto através de pregão eletrônico, como pode ser observado abaixo, que contém objeto com características similares ao pretendido neste instrumento:

Órgão Gerenciador	Modalidade da Contratação	Id Contratação PNCP
Município de Itajá/GO	Pregão - eletrônico	02186757000147-1-000001/2024
Município de Mata de São João/BA	Pregão - eletrônico	13805528000180-1-000011/2024
Município de Queimadas/ PB	Pregão - eletrônico	08742264000122-1-000014/2024



Município de Nova Vila do Piauí/ PI	Pregão - eletrônico	01612614000197-1-000020/2024
Município de Baixa Grande/BA	Pregão - eletrônico	13794912000124-1-000008/2024
Município de Itueta/ MG	Pregão - eletrônico	18413179000174-1-000001/2024

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo, trata da aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, para o ano letivo de 2024, da Rede Pública Municipal de Valença, por meio de Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A Seção II da Resolução CD/FNDE nº 06/2020, trata dos Cardápios da Alimentação Escolar. De acordo com a Resolução, os cardápios devem ser elaborados, tendo como base a utilização de alimentos in natura ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável; os cardápios devem ser adaptados para atender aos estudantes diagnosticados com necessidades alimentares especiais; estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação devem receber alimentação escolar no período de escolarização e, no mínimo, uma refeição no contraturno, quando em AEE; os cardápios devem atender às especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas; os cardápios o devem receber a alimentação escolar no período de escolarização e, no mínimo, uma refeição no contraturno, quando em AEE, de modo a atender às necessidades nutricionais, conforme suas especificidades. Os cardápios devem atender às especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas; os cardápios devem ser planejados para atender as necessidades nutricionais de cada etapa, conforme o período parcial ou integral, conforme anexo IV da resolução;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

ANEXO IV

VALORES DE REFERÊNCIA PARA ENERGIA, MACRONUTRIENTES E MICRONUTRIENTES

CRECHE

Categoria	Idade	Energia (kcal)	30% das Necessidades diárias			Vitaminas		Minerais	
			CARBOIDRATOS (g)	PROTEÍNAS (g)	LIPÍDIOS (g)				
			55% a 65% do VET	10 % a 15% do VET	25% a 35% do VET	A (mcg)	C (mg)	Cálcio (mg)	Ferro (mg)
Creche	7 - 11 meses	203	28 a 33	5 a 8	6 a 8	150	15	78	2
	1 - 3 anos	304	42 a 49	8 a 11	8 a 12	63	4	150	1

Fonte: Energia – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2004; Carboidrato, Proteína e Lipídio – Organização Mundial de Saúde (OMS), 2004 e 2007. Dietary Reference Intakes para Vitamina C (2000); Dietary Reference Intakes para Vitamin A e ferro (2001); Dietary Reference Intakes para Cálcio (2011).

*Para uso de referência dessa resolução, usou-se faixa de carboidrato de 55% a 65% do Valor Energético Total da Dieta (VET).

Categoria	Idade	Energia (kcal)	70% das Necessidades diárias			Vitaminas		Minerais	
			CARBOIDRATOS (g)	PROTEÍNAS (g)	LIPÍDIOS (g)				
			55% a 65% do VET	10 % a 15% do VET	25% a 35% do VET	A (mcg)	C (mg)	Cálcio (mg)	Ferro (mg)
Creche	7 - 11 meses	475	65 a 77	12 a 18	13 a 18	350	35	182	5
	1 - 3 anos	708	97 a 115	18 a 27	20 a 28	147	9	350	2

Fonte: Energia – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2004; Carboidrato, Proteína e Lipídio – Organização Mundial de Saúde (OMS), 2004 e 2007. Dietary Reference Intakes para Vitamina C (2000); Dietary Reference Intakes para Vitamin A e ferro (2001); Dietary Reference Intakes para Cálcio (2011).

*Para uso de referência dessa resolução, usou-se faixa de carboidrato de 55% a 65% do Valor Energético Total



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

ANEXO IV (Continuação)
PRÉ-ESCOLA, ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO MÉDIO E EJA

	20% das Necessidades diárias				
Categoria	Idade	Energia (kcal)	CARBOIDRATOS (g)	PROTEÍNAS (g)	LIPÍDIOS (g)
			55% a 65% do VET	10 a 15% do VET	15% a 30% do VET
Pré-escola	4 - 5 anos	270	37 a 44	7 a 10	8 a 11
Ensino fundamental	6 - 10 anos	329	45 a 53	8 a 12	9 a 13
	11 - 15 anos	473	65 a 77	12 a 18	13 a 18
Ensino médio	16 - 18 anos	543	75 a 88	14 a 20	15 a 21
EJA	19 - 30 anos	477	66 - 77	12 a 18	8 a 16
	31 - 60 anos	459	63 - 75	11 a 17	8 a 15

Fonte: Energia – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2004;
Carboidrato, Proteína e Lipídio – Organização Mundial de Saúde (OMS), 2004 e 2007.

*Para uso de referência dessa resolução, usou-se faixa de carboidrato de 55% a 65% do Valor Energético Total da Dieta (VET).

		30% das Necessidades diárias			
Categoria	Idade	Energia (kcal)	CARBOIDRATOS (g)	PROTEÍNAS (g)	LIPÍDIOS (g)
			55% a 65% do VET	10 a 15% do VET	15% a 30% do VET
Pré-escola	4 - 5 anos	405	56 a 66	10 a 15	11 a 16
Ensino fundamental	6 - 10 anos	493	68 a 80	12 a 18	14 a 19
	11 - 15 anos	710	98 a 115	18 a 27	20 a 28
Ensino médio	16 - 18 anos	815	112 a 132	20 a 31	23 a 32
EJA	19 - 30 Anos	715	98 a 116	18 a 27	12 a 24
	31 - 60 Anos	689	95 a 112	17 a 26	11 a 23



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Fonte: Energia – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2004;
Carboidrato, Proteína e Lipídio – Organização Mundial de Saúde (OMS), 2004 e 2007.

*Para uso de referência dessa resolução, usou-se faixa de carboidrato de 55% a 65% do Valor Energético
Total da Dieta (VET).

Categoria	Idade	70% das Necessidades diárias			
		Energia (kcal)	CARBOIDRATOS (g)	PROTEÍNAS (g)	LIPÍDIOS (g)
			55% a 65 % do VET	10 a 15% do VET	15% a 30% do VET
Pré-escola	4 - 5 anos	945	130 a 154	24 a 35	26 a 37
Ensino fundamental	6 - 10 anos	1150	158 a 187	29 a 43	32 a 45
	11 - 15 anos	1656	228 a 269	41 a 62	46 a 64
Ensino médio	16 - 18 anos	1902	262 a 309	48 a 71	53 a 74
EJA	19 - 30 anos	1668	229 a 271	42 a 63	28 a 56
	31 - 60 anos	1607	221 a 261	40 a 60	27 a 54

Fonte: Energia – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2004;
Carboidrato, Proteína e Lipídio – Organização Mundial de Saúde (OMS), 2004 e 2007.

*Para uso de referência dessa resolução, usou-se faixa de carboidrato de 55% a 65% do Valor Energético
Total da Dieta (VET)

Em posse do cardápio e das fichas de preparação de cada alimento, é feito o cálculo matemático baseado em dados do Censo Escolar do ano anterior, que permite saber a quantidade necessária de cada um dos alimentos, durante o período de tempo que esse cardápio será servido nas escolas, de acordo com o número de alunos a ser atendido. O cálculo feito pelos nutricionistas do Departamento de Alimentação Escolar é feito de forma que seja comprada a quantidade necessária de alimentos para atender a todos os cardápios planejados em quantidade suficiente para todos os alunos e para todo o ano letivo.

Conforme Documento de Formalização da Demanda, foi identificada a necessidade de aquisição dos itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
59.	AÇÚCAR CRISTAL	KG	20000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

60.	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO	UND	10
61.	AMIDO DE MILHO	UND	8000
62.	ARROZ BRANCO POLIDO	KG	10000
63.	ARROZ PARBOILIZADO	KG	20000
64.	ARROZ INTEGRAL	KG	30
65.	AVEIA EM FLOCOS FINOS	UND	1000
66.	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA	PCT	600
67.	BISCOITO DOCE TIPO MARIA	PCT	600
68.	BISCOITO DOCE SEM LACTOSE SABOR LEITE	PCT	60
69.	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER	PCT	1000
70.	CACAU EM PÓ	PCT	3500
71.	CAFÉ TORRADO E MOÍDO	PCT	2000
72.	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO	KG	2000
73.	FEIJÃO CARIOCA	KG	30000
74.	FLOCÃO DE MILHO	PCT	8000
75.	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES	LT	500
76.	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DE 06 A 12 MESES	LT	500
77.	FUBÁ DE MILHO	PCT	3000
78.	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO SEM LACTOSE	PCT	150
79.	LEITE EM PÓ INTEGRAL	UND	42000
80.	LEITE UHT INTEGRAL	UND	2600
81.	MACARRÃO ESPAGUETE COM OVOS	UND	70000
82.	MACARRÃO INTEGRAL ESPAGUETE	UND	100
83.	MASSA DE SOPA PAI NOSSO	UND	7000
84.	MILHO BRANCO	UND	1500
85.	ÓLEO DE SOJA	UND	2600
86.	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA	UND	20000
87.	SAL IODADO DE MESA	KG	3600
88.	VINAGRE DE ÁLCOOL	UND	6000
89.	ABÓBORA	KG	3800
90.	ALHO	KG	1500
91.	BANANA DA PRATA	KG	6000
92.	BATATA INGLESA	KG	20000
93.	BETERRABA	KG	3500
94.	CEBOLA BRANCA	KG	22000
95.	CENOURA	KG	25000
96.	CHUCHU	KG	5000
97.	GOIABA VERMELHA	KG	4000
98.	MAÇÃ	KG	10000
99.	MAÇA TOMMY	KG	25000
100.	MELANCIA	KG	50000
101.	MELÃO AMARELO	KG	23000
102.	OVOS DE GRANJA	DZ	12000
103.	PEPINO	KG	2500
104.	PERA NACIONAL	KG	1200
105.	QUIABO	KG	2000
106.	TOMATE	KG	28000
107.	ALMÔNDEGA CONGELADA	KG	6000
108.	CARNE BOVINA MÚSCULO	KG	25000
109.	CARNE BOVINA AÇÉM	KG	30000
110.	CARNE DE FILÉ DE PEITO	KG	10000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

111.	CARNE SUINA BISTECA	KG	30000
112.	FIGADO BOVINO	KG	12000
113.	PEITO DE FRANGO	KG	90000
114.	IOGURTE SABOR COCO	UND	1000
115.	IOGURTE SABOR MORANGO	UND	1000
116.	IOGURTE SEM LACTOSE SABOR MORANGO	UND	250

Segue abaixo tabela comparativa entre as quantidades solicitadas neste processo com as quantidades dos Pregões Eletrônicos de 2022 e 2023.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE 2022	QUANTIDADE 2023	QUANTIDADE 2024
100	AÇÚCAR CRISTAL	KG	22000	25000	20000
101	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO	UND	30	30	10
102	AMIDO DE MILHO	UND	5000	5000	8000
103	ALIMENTO A NASE DE SOJA (LEITE DE SOJA)	PCT	400	00	00
104	ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PÓ	PCT	30.000	00	00
105	ARROZ BRANCO POLIDO	KG	5000	10000	10000
106	ARROZ PARBOILIZADO	KG	35000	40000	20000
107	ARROZ INTEGRAL	KG	00	300	30
108	AVEIA EM FLOCOS FINOS	UND	1500	1500	1000
109	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA	PCT	23000	10000	600
110	BISCOITO DOCE TIPO MARIA	PCT	21000	10000	600
111	BISCOITO DOCE SEM LACTOSE SABOR LEITE	PCT	125000	125	60
112	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER	PCT	25000	25000	1000
113	BISCOITO CREAM CRACKER AMANTEIGADO SEM LACTOSE	PCT	125	125	00
114	BISCOITO SALGADO INTEGRAL	PCT	00	160	00
115	BISCOITO POLVILHO	PCT	125	125	00
116	CACAU EM PÓ	PCT	00	15000	3500
117	CAFÉ TORRADO E MOÍDO	PCT	10000	10000	2000
118	CANELA EM PÓ	PCT	600	600	00
119	COMINHO	PCT	6000	6000	00
120	CREME DE LEITE	UND	00	4000	00
121	EXTRATO DE TOMATE	PCT	00	4000	00
122	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO	KG	00	5000	2000
123	FEIJÃO CARIOCA	KG	30000	30000	30000
124	FEIJÃO FRADINHO	KG	00	5000	00
125	FERMENTO EM PÓ	UND	00	400	00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

126	FLOCÃO DE MILHO	PCT	6000	10000	8000
127	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES	LT	00	1500	500
128	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DE 06 A 12 MESES	LT	1000	1000	500
129	FUBÁ DE MILHO	PCT	7000	10000	3000
130	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTANEO SEM LACTOSE	PCT	600	600	150
131	LEITE EM PÓ INTEGRAL	UND	100000	80000	42000
132	LEITE FORTIFICADO INSTANTÂNEO EM PÓ	PCT	4000	00	00
133	LEITE UHT INTEGRAL	UND	00	5000	2600
134	MACARRÃO ESPAGUETE COM OVOS	UND	26000	26000	70000
135	MACARRÃO INTEGRAL ESPAGUETE	UND	00	300	100
136	MARGARINA COM SAL	POT	4000	4000	00
137	MACARRÃO DE SÊMOLA COM OVOS E VEGETAIS TIPO PARAFUSO	PCT	00	5000	00
138	MASSA DE SOPA PAI NOSSO	UND	00	3000	7000
139	MASSA DE SOPA ARGOLINHA	PCT	10000	10000	00
140	MASSA DE SOPA CONCHINHA	PCT	10000	10000	00
141	MILHO BRANCO	UND	8000	8000	1500
142	ÓLEO DE SOJA	UND	9000	10000	2600
143	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA	UND	15000	15000	20000
144	PÃO TIPO HOT DOG	KG	4000	16000	00
145	PÃO FRANCÊS	PCT	00	6000	00
146	QUEIJO PARMESÃO RALADO	PCT	00	3000	00
147	SAL IODADO DE MESA	KG	3800	4000	3600
148	VINAGRE DE ÁLCOOL	UND	5000	8000	6000
149	XERÉM MILHO	PCT	4000	4000	00
150	ABOBRINHA	KG	00	5000	00
151	ABÓBORA	KG	00	00	3800
152	ALHO	KG	3000	2000	1500
153	AMENDOIM	KG	2000	00	00
154	BANANA DA PRATA	KG	00	00	6000
155	BATATA INGLESA	KG	32000	25000	20000
156	BETERRABA	KG	2000	4000	3500
157	CEBOLA BRANCA	KG	20000	30000	22000
158	CENOURA	KG	17000	20000	25000
159	CHUCHU	KG	16000	16000	5000
160	GOIABA VERMELHA	KG	7000	7000	4000
161	MAÇÃ	KG	00	10000	10000
162	MANGA TOMMY	KG	8000	10000	25000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

163	MARACUJA	KG	10000	10000	00
164	MELANCIA	KG	50000	50000	50000
165	MELÃO AMARELO	KG	20000	25000	23000
166	MILHO VERDE	SC	5000	00	00
167	OVOS DE GRANJA	DZ	7000	7000	12000
168	PEPINO	KG	2500	2500	2500
169	PERA NACIONAL	KG	3000	3000	1200
170	PIMENTÃO	KG	4000	6000	00
171	QUIABO	KG	700	1000	2000
172	REPOLHO	KG	2000	2000	00
173	TOMATE	KG	28000	28000	28000
174	ALMÔNDEGA CONGELADA	KG	6000	6000	6000
175	CARNE BOVINA ALCATRA	KG	3000	00	00
176	CARNE BOVINA MÚSCULO	KG	25000	25000	25000
177	CARNE BOVINA AÇÉM	KG	00	25000	30000
178	CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª QUALIDADE	KG	00	10000	00
179	CARNE DE FILÉ DE PEITO DE FRANGO MOÍDO	KG	00	10000	10000
180	CARNE BOVINA PATINHO	KG	1800	00	00
181	CARNE SUINA BISTECA	KG	10000	10000	30000
182	CHARQUE PONTA DE AGULHA	KG	7000	10000	00
183	COXA E SOBRECOXA	KG	10000	30000	00
184	FÍGADO BOVINO	KG	15000	15000	12000
185	PEITO DE FRANGO	KG	40000	90000	90000
186	PEIXE MERLUZA EM FILÉ	KG	00	15000	00
187	IOGURTE SABOR COCO	UND	2000	2000	1000
188	IOGURTE SABOR MORANGO	UND	4000	4000	1000
189	IOGURTE SEM LACTOSE SABOR MORANGO	UND	500	500	250
190	IOGURTE SABOR AMEIXA	L	2000	2000	00
191	IOGURTE SABOR SALADA DE FRUTAS	L	2000	2000	00
192	IOGURTE SEM LACTOSE COCO	UND	500	100	00
193	POLPA DE FRUTA SABOR MANGA	KG	10000	00	00
194	POLPA DE FRUTA SABOR ACEROLA	KG	10000	00	00
195	POLPA DE FRUTA SABOR CAJÁ	KG	10000	00	00
196	POLPA DE FRUTA SABOR GOIABA	KG	10000	00	00
197	SALSICHA CONGELADA	KG	3000	3000	00
198	LINGUIÇA TIPO CALABRESA	KG	4000	5000	00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

O quantitativo e a escolha dos itens foi realizada por equipe técnica de nutricionistas do Departamento de Alimentação Escolar, levando-se em consideração a etapa de ensino e calendário escolar na elaboração dos cardápios, que comporão os anexos do processo.

QUANTITATIVO

ITEM	FUND	EJA	AEE	QUILOMBOLA	CRECHE	PRE- ESCOLA	TOTAL	QUANTIDADE
Abacaxi kg	2801	1059	0	1515	0	0	5374	5600
Abóbora kg	7002	529	116	252	1625	1558	11083	12000
Açafrão 100g	2626	496	54	158	722	519	4576	4800
Aipim sem casca congelado kg	0	2812	0	0	0	0	2812	3000
Amendoim kg	1050	198	22	63	0	208	1541	1800
Azeite de dendê de pilão 200ml	0	0	0	95	0	0	95	100
Banana da prata kg	0	0	0	0	9391	6232	15623	16000
Banana da terra kg	0	0	0	0	5960	5193	11153	11500
Batata doce amarela kg	0	1588	0	505	1084	519	3696	4000
Batata doce roxa kg	0	1588	0	505	1084	519	3696	4000
Beiju de coco 500g	0	619	0	0	0	0	619	700
Biscoito de banana 800g	0	464	0	0	0	0	464	500
Biscoito de goma kg	0	372	0	0	0	0	372	450
Biscoito de goma sem lactose kg	0	10	0	0	0	0	10	15
Bolo de laranja kg	0	0	0	0	0	277	277	300
Coco seco sem casca cortado kg	2100	794	22	126	1355	1558	5955	6000
Coco seco sem casca ralado kg	1313	0	22	126	813	519	2793	3000
Corante 100g	2626	496	54	158	722	519	4576	4800
Farinha de mandioca kg	2100	0	43	126	1084	1039	4392	4500
Farinha de tapioca kg	2626	794	43	126	0	779	4368	4500
Laranja pera kg	11203	3970	463	1347	5779	5539	28300	30000
Mamão formosa kg	0	0	348	757	1806	2077	4988	5000
Mamão havaí kg	0	0	348	757	1806	2077	4988	5000
Melancia kg	5251	2646	977	1894	3612	0	14381	15000
Milho verde und	8752	1654	181	526	903	1731	13747	14000
Polpa de frutas sabor acerola kg	5601	0	116	337	0	1385	7439	8000
Polpa de frutas sabor goiaba kg	0	2117	0	337	0	2077	4531	5000
Polpa de frutas sabor manga kg	5601	0	116	421	0	0	6138	7000
Quiabo kg	0	0	0	126	2167	1039	3332	3500
Tangerina kg	0	0	0	631	867	831	2329	2500

FOLHOSOS

Item	FUNDAMENTAL	EJA	AEE	QUILOMBOLA	CRECHE	PRE ESCOLA	TOTAL	QUANTIDADE
Alface crespa mc	0	0	0	0	1248	0	1248	1300
Cebolinha mc	0	0	0	0	1248	0	1248	1300
Coentro miúdo mc	0	0	0	0	1248	0	1248	1300
Couve manteiga mc	0	0	0	0	1248	0	1248	1300

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços foi obtida a partir de pesquisa de preços do Portal Nacional de Compras Públicas e Plataforma Governamental Fonte de Preços, onde são encontrados compras de municípios de todo o Brasil.



O preço estimado considerou o mínimo de 3 cotações. A obtenção do preço deu-se com base na média dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão da proximidade dos preços. O preço estimado da contratação é de R\$6.552.413,64 (seis milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e treze reais, e sessenta e quatro centavos), conforme memória de cálculo em anexo. Os preços estão compatíveis com o praticado no mercado. A pesquisa de preços foi conduzida pelo servidor Bruno Silva Freitas, matrícula nº 72451687.

7. PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O certame licitatório deverá ser realizado sob o critério de menor preço por lotes, já que os itens que formam o lote guardam características de similaridade, porquanto da mesma natureza e guardam relação entre si (mesmo segmento do gênero licitado), e técnicas para justificar o agrupamento em lote, não havendo assim prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, sobretudo quanto ao aspecto da logística de entrega dos materiais que obedecerá um padrão de modo a obstaculizar eventuais prejuízos ao Ente, e propiciando a ampla participação de licitantes, ante a possibilidade de redução do valor agrupado diante do volume de cada um lote.

No Informativo de Licitações e Contratos nº 147 do Tribunal de Contas da União, Sessões: 9 e 10 de abril de 2013 do Plenário, no item 5, decidiu-se que:

“É lícito o agrupamento em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si. Representação efetuada por empresa, com pedido de medida cautelar, apontou supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 01/2013, que tem por objeto a aquisição de mobiliário para as unidades da Advocacia-Geral da União no Rio de Janeiro. Entre os quesitos do edital impugnados, destaque-se o que estabeleceu o agrupamento dos itens de mobiliários (estações de trabalho, mesas diversas, gaveteiros, armários variados e estantes) em lotes. Argumentou a autora da representação que a licitação por lote, em que os componentes sejam "elementos díspares entre si", afrontaria o disposto no art. 3º, caput e § 1º, da Lei 8.666/1993, c.c. art. 5º, caput e parágrafo único, do Decreto 5.450/2005, assim como a orientação contida na Súmula 247 TCU, na medida em que impediria um maior número de empresas de participar do certame, pois muitas delas seriam capazes de ofertar apenas alguns itens e não outros. A relatora, no entanto, ao endossar o exame empreendido pela unidade técnica a respeito dessa questão, considerou pertinente a justificativa de que tal medida visou à "padronização do design e do acabamento dos diversos móveis que compõem os ambientes da AGLU e objetivou "garantir um mínimo de estética e identidade visual apropriada, por lote e localidade, já que os itens fazem parte de um conjunto que deverá ser harmônico entre si. E de que se buscou evitar o aumento do número de fornecedores, com o intuito de "preservar o máximo possível a rotina das unidades, que são afetadas por eventuais desconexões no fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores". Acrescentou que "lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos". E mais: "O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública". Mencionou ainda decisão do Tribunal que forneceu orientação que se ajustaria às especificidades do caso sob exame, no sentido de que "inexiste



ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si” - Acórdão 5.260/2011-1® Câmara. Acrescentou que houve efetiva competição no certame, que contou com a participação de quinze empresas. O Tribunal, então, por não identificar razões para a suspensão do certame, julgou improcedente a representação. Precedente mencionado: Acórdão 5.260/2011-1® Câmara. Acórdão 861/2013- Plenário, TC 006.719/2013-9, relatora Ministra Ana Arraes, 10.4.2013. (Grifos Nossos)”.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Quanto a aquisições correlatas e/ou interdependentes, identificamos que o objeto com características iguais ou semelhantes foram adquiridos recentemente pelo município, nos presentes instrumentos abaixo:

PE 005-2022, disponível em
<https://sai.io.org.br/ba/valenca/Site/Licitacao/47022?localConsulta=2>, acesso em
23/02/2024;

← → ↻ 🏠 sai.io.org.br/ba/valenca/Site/Licitacao/47022?localConsulta=2 ☆ 📄 ⬇️ 📱 ⚙️

MENU ● Acesso à Informação 📄 Transparência 📅 Encontre no Portal 📖 Diário Oficial 🗨️ 131 web transparência 🔍 Busca

ÓRGÃO : Prefeitura Municipal de Valença

Nº DA LICITAÇÃO : PE005-2022

Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO : 015-2022

LOCAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO : Valença-Bahia

Nº DO EDITAL: 005-2022

DATA DO CERTAME : 01/02/2022

LOCAL DO CERTAME: www.licitacoes-e.com.br ID 918010

MODALIDADE : Pregão Eletrônico

OBJETO : Aquisição parcelada de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis), que se destinarão a alimentação escolar das escolas municipais e creches municipais, conforme descrição e quantidades constantes no termo de referência anexo, através do Siste

PUBLICAÇÃO : 20/01/2022

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA : Item não cadastrado no sistema

FISCAL : Não informado

Relacionado ao COVID-19 : Não

POSSUI ADITIVO : Não

SRP : Sim

065/2023, disponível em
<https://sai.io.org.br/ba/valenca/Site/Licitacao/74653?localConsulta=2>, acesso em
23/02/2024.



<div><div>MENU</div><div>Acesso à Informação</div><div>Transparência</div><div>Encontre no Portal</div><div>Diário Oficial</div><div>131 web transparência</div><div>Busca</div></div> <div><div>ÓRGÃO : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</div><div>Nº DA LICITAÇÃO : 065/2023</div><div>Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO : 065/2023</div><div>LOCAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO : Valença-Bahia</div><div>Nº DO EDITAL: PE 021/2023</div><div>DATA DO CERTAME : 10/04/2023</div><div>LOCAL DO CERTAME : www.licitacoes-e.com.br ID 994061</div><div>MODALIDADE : Pregão Eletrônico</div><div>OBJETO : Aquisição parcelada de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis) destinados a alimentação escolar das escolas e creches da rede municipal de ensino de Valença-BA, pelo Sistema de Registro de Preços.</div><div>PUBLICAÇÃO : 28/03/2023</div><div>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA : SIM</div><div>FISCAL : Não informado</div><div>Relacionado ao COVID-19 : Não</div><div>POSSUI ADITIVO : Não</div></div>
<p>Ressalto que houve variações de demanda ou até mesmo de item com relação ao certame atual, tendo em vista a atualizações nas necessidades e definição de demanda.</p>
9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO
<p>A Secretaria Municipal de Educação ainda não elaborou Plano de Contratações Anuais para o ano de 2024.</p>
10. RESULTADOS PRETENDIDOS
<p>Espera-se com esta aquisição atender as demandas da aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não-perecíveis, para assegurar a continuidade e manutenção da alimentação escolar, dos alunos da rede pública municipal de Valença-Ba, no ano letivo de 2024. Busca-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo benefício possível do objeto em recursos financeiros, administrativos, e econômicos, permitindo assim que as aquisições sejam realizadas de forma rápida, econômica e sustentável.</p>
11 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS
<p>Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada.</p>
12. IMPACTOS AMBIENTAIS
<p>Todos os produtos deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Resolução RDC nº 259/02 e 216/2004 - ANVISA). Os produtos embalados e rótulos devem ser observadas as regras constantes na especificação de cada item, inserto aos lotes.</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Os produtos de origem animal devem atender a Lei 1.283/1950, regulamentada pelo Decreto 9.013/2017, e só serão aceitos produtos cujo estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).

Os produtos de origem vegetal devem estar registrados no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

De acordo com as determinações do Programa de Alimentação Escolar contidas na Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, que estabelece as normas para execução do Programa no tópico VII sobre o Controle de Qualidade da Alimentação Escolar, assegurando o cumprimento dos seguintes itens: - Garantia de condições higiênicas sanitárias durante transporte; - Garantia da qualidade e higiene do produto.

13. VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA COTNRATAÇÃO

Esta equipe de planejamento declara VIÁVEL esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Valença-BA, 21 de março de 2024.

Émeli Cardoso Santos Teixeira

Matrícula 72450020

Julia Meireles da Silva

Matrícula 7242164

De acordo:

Albete Freitas de Sousa Pereira

Secretária de Educação

Decreto nº 4.544/2022



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante) para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1. A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
3. Que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;
4. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;
5. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
6. Que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

local, data

Razão Social

CNPJ

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E PLENO CONHECIMENTO E
ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº, com sede à, neste ato representado pelo (s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), **DECLARA** para os fins da parte final do inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, ter conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e ainda:

Para os fins de tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº. 123/06, declara:

() Que não possuímos a condição de microempresa, nem a de empresa de pequeno porte.

() Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de microempresa/empresa de pequeno porte/microempreendedor individual que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.**

No que concerne ao conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, declara:

() O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas.

() para os efeitos do § 1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, haver restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal, a cuja regularização procederemos no prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, cientes de que a não regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



ANEXO IV

MODELO DE CREDENCIAL

A (nome da empresa)..... CNPJ nº, com sede à, neste ato representado pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o(a) Senhor(a), (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto ao Órgão..... praticar todos os atos necessários, relativos ao procedimento licitatório na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR
NO QUADRO DA EMPRESA**

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº, com sede à, neste ato representado pelo (s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), **DECLARA**, para fins, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com "X", conforme o caso):

☐ não emprega menor de dezesseis anos.

☐ não emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:		CNPJ:
VALIDADE DA PROPOSTA:		REPRESENTANTE LEGAL:
DADOS BANCÁRIOS:	CHAVE PIX:	E-MAIL:
OBJETO:		

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	PERÍODO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01				

VALOR TOTAL DA PROPOSTA POR EXTENSO¹:

Declaramos que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabem quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/2021, e às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024.

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, ____/____/____
LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE

Observações:

- 1) Pagamento exclusivamente por ordem bancária. A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.
- 2) Fornecer preço à vista com tributos, frete, mão de obra, material, ferramentas, peças, despesas com locação dos equipamentos

¹Soma de todos os Itens para os quais participa a Proponente



ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI
O MUNICÍPIO DE VALENÇA-BA E A EMPRESA
..... PARA
XXXXXXXXXXXXXX

O **MUNICÍPIO DE VALENÇA-BA**, pessoa jurídica de direito interno, inscrito no CNPJ sob o nº, com sede administrativa na, s/nº - Centro – Valença - Bahia, CEP, por seu Prefeito, [nacionalidade, estado civil], portador da Cédula de Identidade nº [número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) nº, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº, estabelecida [inserir endereço completo], doravante denominada **CONTRATADA**, representada pelo seu [inserir cargo], Senhor(a) [inserir nome completo, nacionalidade, estado civil e profissão], portador da Cédula de Identidade nº [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) nº, de acordo com a representação legal que lhe outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], com base no Edital do Pregão Eletrônico 010/2024, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 053/2024 em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

• **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

.3. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência demais anexos ao Edital nº XXXXX/2024

.3.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

.4.1. O Termo de Referência;



- .4.2. O Edital da Licitação;
- .4.3. A Proposta do contratado;
- .4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor mensal estimado da contratação é de R\$..... (.....), perfazendo o valor total anual estimado de R\$.....(.....).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

UNIDADE GESTORA:

ATIVIDADE:

ELEMENTO:

FONTE:

- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII).

- 5.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- 7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITÁVA – REAJUSTE

- 8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) fornecer os serviços de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no instrumento convocatório, no Termo de Referência e no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente da Administração;
- b) zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- c) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;
- d) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- e) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;



- g) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;
- h) adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- i) executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou norma exigida, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infraestrutura e equipe técnica necessária à sua execução;
- j) trocar, às suas expensas, o bem que vier a ser recusado;
- k) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão de obra para execução completa e eficiente dos serviços
- l) emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços executados e valor total.
- m) observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção a incêndio, recomendadas por Lei.
- n) cumprir todas as exigências constantes do edital e do Termo de Referência do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024 ao qual está vinculado
- o) Manter durante toda execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em conformidade com a Lei 14.133/2021.
- p) Não transferir a outrem, por qualquer forma nem parcialmente as obrigações.
- q) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- r) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- s) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- t) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- u) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021), consoante previsão contida na Lei (verificação dos percentuais e limites).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 30.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 30.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 30.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 30.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- 30.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 30.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 30.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 30.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 30.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 30.9.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 30.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 30.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 30.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 30.13. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento.
- 30.14. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.
- 30.15. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- 30.16. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 30.17. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo, bem assim promover as glosas necessárias, quando da existência de débito constituído pelo contratado.
- 30.18. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.
- 30.19. Na hipótese de contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, quando for este o caso, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, poderá, entre outras medidas:

I - exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;

II - condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

III - efetuar o depósito de valores em conta vinculada;

IV - em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

V - estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

11.2.1 Advertência por escrito;

11.2.2 Multa de mora de 0,03% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;

11.2.3 Multa compensatória de 10% sobre o valor do contrato;

11.2.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 03 (três) anos;

11.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo mínimo de 03 anos e máximo de 6 anos.

11.3 A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

11.3.1 Advertência por escrito;

11.3.2 Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 0,3% sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 30%;

11.3.3 Em caso de inexecução total, multa compensatória de 20% sobre o valor do contrato;

11.3.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

11.3.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo mínimo de 03(três) anos e máximo de 06 (seis) anos.



11.4 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os



créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

OU

12.3. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

OU

12.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.4.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.4.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)



13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

10.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.8 deste contrato.

10.6. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.7. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.9. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.8, observada a legislação que rege a matéria.

10.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

10.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição.

10.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.16.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.20. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.20.1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VEDAÇÕES

17.1. É vedado à CONTRATADA:

17.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

17.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Valença-BA, ainda que outro seja privilegiado.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

xxxxx -BA, de de 20xx

MUNICÍPIO DE VALENÇA

JAIRO DE FREITAS BAPTISTA

Prefeito

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

Representante legal: [nome completo]

CI: [número e órgão emissor]

CPF: [número]



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Instrumento de outorga de poderes: [procuração/contrato social/estatuto social]X



ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2024
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 010/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2024

O MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro na cidade de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, cnpj Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXX e a (órgão que gerenciará a ata), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 010/2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios de, processo administrativo nº 053/2024, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto Federal nº 11.462/2023, de e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para contratação de empresa para XXXXXXXXXXXXX para o município de XXXXXXXXXXXXX, especificados no Termo de Referência - anexo I do edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações dos objetos e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						



...						
-----	--	--	--	--	--	--

3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

11.5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração.

- a. *Além do gerenciador, os demais Órgãos e entes que integram a Administração Pública Direta e Indireta do Município são participantes do registro de preços.*

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.0. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.1. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*
- 4.1.2. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.0. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*



4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos (art. 23, Decreto Federal nº 11.462/2023)

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133/21.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, **com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou**
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, Restringindo-se o reequilíbrio a alguns itens fornecidos em circunstâncias específicas, a ata poderá prever preços distintos na forma do artigo 82, III, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, observar-se-á o seguinte:

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado., conforme §3º do art. 28 do Decreto nº 11.462/2023.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a



alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
 - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.



- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11.CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.
- 11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

5. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 5.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial do Município de Valença - BA, conforme o disposto na Lei n. 14.133/2021.

6 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 6.1. Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto n. 11.462/2023 e na Lei n. 14.133/2021.
- 6.2. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, optar pela aceitação ou não do fornecimento a órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame, desde que esse fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

7 – DO FORO:

- 7.1. As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Amargosa - BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Amargosa -BA, de de 20xx

MUNICÍPIO DE VALENÇA - BA

JAIRO DE FREITAS BAPTISTA

Prefeito Municipal

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

Representante legal: [nome completo]

CI: [número e órgão emissor]

CPF: [número]

Instrumento de outorga de poderes: [procuração/contrato social/estatuto social]

Testemunhas:

1 _____

2 _____



ANEXO IX

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade